Órgão vinculado à
Associação dos Funcionários
Fiscais do Estado do Paraná

NOTIFISCO

PORTE PAGO
DR/PR
PRT/PR - 388/90

ANO VII - Nº 73 - MARÇO/1991

(DISTRIBUIÇÃO GRATUITA INTERNA)

Assumem os novos delegados

(Páginas 13, 14 e 15)

AFFEP promove Dia Internacional da Mulher

Página 19

Carta Aberta aos novos governadores

Página 3

Redutor... contagem regressiva

Página 2 e 21

Editorial

O que esperamos....

José Laudelino Azzolin

Em decorrência do parcelamento nos índices de reajuste salarial (20% em janeiro, 20% em fevereiro, 20% em março, 28,5% em abril e 28,45% em maio), somente no mês de maio teremos a recomposição salarial das perdas verificadas até dezembro de 1990.

Cumulativamente, esses índices totalizam 185,22%, nos termos da Lei nº 9.547, de 18/01/91.

A remuneração total do Agente Fiscal, em final de carreira (AFI C IV, com 34 anos de serviço), a preços de janeiro, equivaleria a Cr$ 1.265.539,34.

Já, no início de carreira (AF3 A I, sem tempo de serviço), a remuneração seria de Cr$ 505.005,57.

Essa remuneração seria compatível com o pleito da classe em situar-se, salariamente, próximo dos cinco primeiros estados do país.

O montante acima descrito decorreu das conquistas verificadas nos últimos dois anos, a saber:

I – elevação de 66% para 80% da gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva (2/3 para 4/5);

II – nova tabela indexadora que diminuiu o percentual interclasses de modo que o AF3 A I perceba 65% do AFI C IV, contra 50% anteriormente;

III – transformação do cargo de diretor da CRE, para o de DAS-4;

IV – elevação do número de quotas de produtividade de 200 para 270;

V – aumento diferenciado para os cargos de provimento em comissão em setembro de 1990. Enquanto todos os cargos tiveram um aumento de 12%, os em comissão, inclusive o do Diretor, obtiveram 82%.

As medidas descritas representaram conquista da classe; algumas por negociação que decorreu de diálogo, outras mediante confronto.

Todos se lembram do movimento vitorioso de setembro de 1989, quando a classe, depois de nove meses de negociação infrutífera, parou por três dias e durante outros quinze realizou a operação padrão.

O movimento resultou no atendimento das pretensões da categoria, com o encaminhamento dos diplomas legais pertinentes.

Uma certeza sobressai: as medidas representam conquistas e não benesses do governo.

Essas conquistas foram fruto de acordos entre o governo e a classe.

Ocorre que esse mesmo governo que conosco avançou, em decisão unilateral, autoritária e odiosa, rompeu com os compromissos assumidos e, estabelecendo um teto remuneratório cabalístico e inexplicável, aterrou as nossas conquistas.

Com a fixação desse teto, o Agente Fiscal só poderá perceber uma remuneração total de Cr$ 824.756,95 que corresponde aos seguintes valores:

Vencimento do Secretário de Estado – 229.106,30

Gratif. Gabinete Secretário – 458.212,59

Adicional máximo e desconto IPE – 137.438,06

Total – 824.756,95

A diferença (1.265.539,34 – 824.756,95 = 440.782,40) corresponderá ao redutor de salários, pois, pela lei vigente, "nenhum" servidor público poderá perceber mais que um secretário de estado e este "só percebe" Cr$ 687.318,89.

Isso, só para a média e para castigo do servidor público, pois o Secretário da Fazenda, um dos endossantes do redutor de salários, recebe, além da remuneração de seu cargo, uma importância mensal, não informada, da Seguradora Rio Branco.

Nosso apelo ao atual governo tem sido constante e insistente no sentido de rever o redutor de salários, de modo a cumprir compromissos assumidos.

Sugerimos, inclusive, alternativas, cumuláveis ou excludentes, para a solução:

a) – aumento da remuneração dos secretários, sem a utilização imoral de subterfúgios de remuneração indireta;

b) – exclusão na fixação do teto do valor correspondente à gratificação da dedicação exclusiva e de regime de tempo integral e das quotas de produtividade sobre ela incidentes;

c) – exclusão na fixação do teto das quotas de produtividade incidentes sobre os adicionais por tempo de serviço.

Como os apelos, que resultaram da decisão da assembléia geral da categoria, não foram atendidos pelo governo que sai, renovamo-os ao governo que está entrando, transcrevendo expressões do manifesto redigido pela IGT, através do protocolado 541.242.0 de 09/12/88 que, incrivelmente, se adaptam ao dia de hoje: "No que diz respeito aos Agentes Fiscais e mais especificamente àqueles lotados na IGT/CRE, por termos consciência da responsabiliade de nosso trabalho, que Vossa Excelência conhece muito bem, pois sabe de nossa atuação junto a Assembléia Nacional Constituinte, assessorando e intervindo diretamente junto aos constituintes, em Brasília, e mesmo através de emendas, muitas das quais aprovadas.

Junto aos órgãos do Ministério da Fazenda COTEPE e CONFAZ ou a nível nacional da discussão e implantação do novo Sistema Tributário Nacional.

E por fim a nível estadual elaborando e redigindo os projetos de leis ordinárias instituidoras dos novos tributos e posteriormente regulamentando-as através de instruções e orientando a sua implantação, além de assessoramento direto a várias Secretarias e Deputados.

Desnecessário que se lembre a Vossa Excelência que em toda a legislação tributária do Estado não há uma palavra sequer que não tenha sido escrita pelos Técnicos da IGT, que são chamados a dar aulas, proferir palestras e participar de debates pelo Estado e pelo país afora, com os mais variados segmentos da sociedade, tudo em nome da administração, e até agora sem nada exigir.

Também desnecessário dizer que desse trabalho e das demais Inspetorias da CRE dependem toda a receita derivada do Estado e conseqüentemente o pagamento da folha de salários.

Não se pode entender e nem se admitir que se negue a tais funcionários o que tão facilmente se deu a outros antes relacionados, que tem se locupletado com o fruto de nosso trabalho no Grupo TAF. (Tributação, Arrecadação e Fiscalização)".

EXPEDIENTE

Órgão oficial da AFFEP, informativo técnico, cultural e recreativo. R. Angelo Sampaio, 1.793 – Fone: 223-7414 - Curitiba/PR.

Diretor
Ana Cecília P. Souza
Reg. 2.000 - DRT/PR

Diretoria da AFFEP
Conselho Deliberativo

Presidente
José Carlos de Carvalho
Vice-presidente
José Roberto dos Santos
1º Secretário
Maximiano T. Ishida
Conselho Diretor
Presidente
José Laudelino Azzolin
1º Vice-presidente
Pedro Luiz de Paula Neto
2º Vice-presidente
Cleto Tamanini
1º secretário
Geraldo Damasceno
2º secretário
José Luiz Maia
1º tesoureiro
José Marçal Kaminski
2º tesoureiro
Cleonice Stefani Salvador

Diretores de departamentos
Diretor administrativo comercial
Pedro Carlos Antun
Diretor de patrimônio
Ileomar Antônio Uba
Diretor social
Josci Ehlke Santi Matos
Diretor de esportes
Giancarlo S. de Almeida Torres
Diretor cultural
Júlio Cezar Michelato
Diretor de imprensa e divulgação
Mario Grott
Chefe do Departamento de Relações Interclasses
Roberto A. Piecarczyk
Chefe do Departamento Médico
Douglas Júlio S. de Macedo
Chefe do Departamento Região Sul
João Manoel Delgado Lucena
Chefe do Departamento Região Sudoeste
Valdir Antônio Kurquiewicz
Chefe do Departamento Região Norte
Nelson Mitsuo Suzuki
Chefe do Departamento Região Noroeste
Élio Aparecido Sanzovo
Jornalista responsável
João Zaruch - Reg. Prof. nº 532 DRT/PR
Publicidade
A. M. Oliveira Perdigão
Diagramação, composição, arte:
Marcia Cristina Cecchi
Jorge Estevam de Souza
Fone: 232-5412

Fotolito e Impressão:
Jornal do Estado
R. Roberto Barroso, 22
Fone: 254-7181

Os artigos aqui publicados são de inteira responsabilidade dos signatários. Os textos não assinados são de responsabilidade do diretor.

Notifisco está registrado no 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos – apontamento nº 493.130, prot. "A" nº 14, sob nº de ordem 106 do livro "B".

Atividades da FENAFISCO

Em homenagem aos cem anos da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, a FENAFISCO realizou em Recife, durante a 21ª reunião do Conselho Deliberativo, um seminário envolvendo diversos temas.

A Gerência Fazendária em um Governo de Transição foi o tema apresentado por Wilson Campos Jr., secretário da Fazenda de Pernambuco.

Outro tema relevante tratou das ações de ex-secretários da Fazenda dirigidas à experiência da Administração Fazendária, com o objetivo de extrair lições válidas para o futuro das organizações fazendárias. Os palestrantes foram Tânia Bacelar, ex-secretária da Fazenda de Pernambuco e Herbert Cesar Pimentel Barbosa, secretário da Fazenda do Rio de Janeiro.

O Seminário discutiu, ainda, a Ação Parlamentar e a Administração Fazendária, temas que guardam entre si um rico relacionamento. Os palestrantes foram Gustavo Krause e César Maia, ambos deputados federais e ex-secretários da Fazenda; o primeiro de Pernambuco e o segundo do Rio de Janeiro.

Durante a reunião do Conselho foi aprovada uma carta aberta aos novos governadores, que será publicada na Revista Veja, que circulará dia 17. Eis a íntegra da carta (ao lado):

Carta Aberta aos novos governadores

Senhores Governadores:

Na conjuntura que atravessamos, ante o quadro de incertezas e de angústia vivido pela nossa sociedade, é tensa a expectativa da população brasileira, no momento da posse dos novos governadores.

Há desesperança e temor, diante da fera da recessão, em cujo rastro prosperam o desemprego e a miséria, a fome, a criminalidade e o atraso, constrangendo a classe trabalhadora brasileira.

A convulsão social ronda o país, cuja ótica governamental, até agora, não permitiu enxergar além dos muros palacianos.

Por outro lado, estende-se a campanha desestabilizadora da credibilidade dos serviços públicos, cuja oferta foi afetada pela diminuição da arrecadação tributária. Os efeitos dessa situação recaem diretamente sobre os servidores públicos, levando-os ao descrédito, aviltando-os e sujeitando todos a humilhações e desesperos. São obrigados à disponibilidade, sofrem ameaças de demissão, são dispensados sem motivo e, entre outros constrangimentos, estão submetidos ao descalabro do atraso no pagamento dos seus salários.

É impositivo que a FENAFISCO, entidade representativa do Fisco Estadual Brasileiro, congregando cerca de 40 mil fazendários, enfrente os desafios que à nação brasileira hoje se apresentam, especialmente ao Fisco e ao setor público em geral, no sentido de exigir dos governadores ações reais de transformação das condições de vida do nosso povo.

É fundamental, Senhores Governadores, o exercício da exigência ética e o mandato de denunciar comportamentos governamentais, funcionais ou privados, que tragam prejuízos à comunidade.

O Fisco, ao contrário do que pensam governantes equivocados, é instrumento importante para o desenvolvimento nacional e condição básica para a realização da receita tributária.

É compromisso da FENAFISCO tudo fazer para que a ação fiscal seja exercida com probidade; para que o Fisco seja tratado com dignidade, seja a nível de profissionalização e de remuneração, seja a nível social e político, e para que sejam modernizadas as administrações fazendárias.

É propósito da FENAFISCO combater a sonegação, lutar pelos direitos, constitucionalmente consagrados, dos servidores públicos, e manter vigilância sobre a aplicação dos recursos governamentais.

É também compromisso da FENAFISCO contribuir com a nação na reestruturação econômica e social do País, buscando o incremento da receita tributária e a valorização do servidor público, condições imprescindíveis à realização dos programas governamentais.

A FENAFISCO, sobretudo, estará vigilante e solidária na preservação dos direitos do fisco estadual, sempre disposta ao diálogo, necessário ao entendimento, sem abdicar, jamais, de sua capacidade de luta na defesa dos seus objetivos.

A FENAFISCO, Senhores Governadores, aceita o desafio contido nos compromissos assumidos, exigindo, em contra partida, a dignificação da atividade fazendária e dos servidores que a integram.

PARNAPLAST

PARNAPLAST Indústrias de Plásticos Ltda.

MATERIAIS TRANSFORMADOS PARA EMBALAGENS FLEXÍVEIS:

PEBD - polietileno baixa densidade
PEAD-APM - polietileno alta densidade, alto peso molecular
PP - polipropileno
COEX - coextrusão - cinco camadas e três camadas
MCX - Material de alta resistência desenvolvido pela Parnaplast

AVENIDA DAS ARAUCÁRIAS 5125 – TEL: (041) 843-2010 – TELEX 41-6373 – TELEFAX (041) 843-1018
ARAUCÁRIA – PARANÁ
DEP. DE VENDAS EM SÃO PAULO: RUA ABILIO SOARES, 233 – CONJ. 12 – FONE: (011) 289-1656 - TELEX (11) 36437
REPRESENTANTES NAS PRINCIPAIS CAPITAIS DO PAIS

Defendendo a Estabilidade

Pronunciamento feito pelo Deputado Geraldo Campos (PSDB/DF), na sessão de 11/Janeiro/1991.

Senhor Presidente,
Senhores Congressistas,

Numa tentativa de justificar o evidente desacerto de seu plano de estabilização econômica, o Governo Federal investe contra mais um alvo falso ao atribuir seu fracasso à Constituição. Trata-se, evidentemente, de mais um jogo de cena, que visa, basicamente, desviar a atenção da sociedade dos graves problemas que se acumulam ao final do primeiro ano de mandato do atual Presidente da República.

Dentre os dispositivos constitucionais apontados como "inflacionários", o que tem servido de principal bandeira para efeito de propaganda governista é o que se refere à estabilidade dos servidores públicos.

Deve-se dizer, em primeiro lugar, que tal instituto existe em nosso ordenamento jurídico desde a Carta de 1934, sendo esta a primeira vez que é acusado de desordenar as forças de economia. Trata-se de uma sólida e salutar tradição, que encontra similares nas principais democracias do mundo.

Além disso, a estabilidade não impede a demissão dos servidores públicos. Ela apenas condiciona essa demissão aos casos e condições previstos em lei, isto é, evita que os administradores públicos que eventualmente ocupem o poder possam desmantelar a máquina administrativa, promover perseguições e desvirtuar a correta prestação dos serviços permanentes do Estado.

Que autonomia pode ter um fiscal que convive com a possibilidade de ser, a qualquer momento, demitido a bel prazer do cacique de plantão?

Ao contrário do que pretende fazer crer o Governo Federal, a modernização do Estado brasileiro passa não pela demissão indiscriminada e aleatória de servidores, mas pela sua profissionalização e valorização, de modo a possibilitar a prestação continuada dos serviços básicos à população, sem as interferências da sempre tendenciosa conjuntura política.

Felizmente, algumas vozes de elevado conceito na formação de opinião nacional começam a se pronunciar denunciando a falsidade e a vilania dessa proposta do Governo Collor.

A edição desta semana da Revista "Isto É/Senhor" traz irretocável artigo do eminente jurista Raymundo Faoro, onde ele, com sua lucidez e cultura, desmascara as reais intenções por trás da eliminação da estabilidade no serviço público.

Segundo ele, pretende o Governo com isso implantar o chamado regime de espoliação, onde se eliminam a especialização e a imparcialidade dos funcionários para privilegiar os simpatizantes dos ocupantes do Poder.

Diversamente, a tendência que se observa nos países que já atingiram a modernidade a que pretende nos alçar o Presidente Collor é, precisamente, no sentido de evitar que as mudanças políticas interfiram na máquina do Estado, preservando, assim, o interesse público e evitando os favorecimentos e os desperdícios.

Ao tempo em que reafirmamos, aqui, nossa disposição de lutar, de todas as formas, dentro e fora deste Congresso, contra mais essa infeliz investida do Presidente da República, solicitamos a transcrição da íntegra do artigo mencionado que bem expressa o ponto de vista que defendemos, sustentado pela autoridade pessoal de seu autor.

GUIAS, LIVROS FISCAIS,
MATERIAL DE ESCRITÓRIO
E ESCOLAR, CARTÕES FESTIVOS.

"SEMPRE O MELHOR
ATENDIMENTO".

RUA CEL. JOÃO ANTONIO XAVIER, 682
FONE: 843-2135 – ARAUCÁRIA

Todos os homens do presidente

RAYMUNDO FAORO

Os economistas, os que estão no governo e os que estarão no governo, descobriram o recurso final para a salvação do País. Consiste, trivial e singelamente, na emenda da Constituição, em cinco ou seis tópicos declarados. Contam, para empresa tão árdua, aliciar, conquistar, aterrorizar ou arrebanhar três quintos dos congressistas. A porta de entrada, a isca e o estopim do jogo, fixa-se na abolição da estabilidade do funcionário público, para que ele, demissível a qualquer tempo, possa encurtar os gastos públicos. Nada mais sedutor, ponderado o baixo Ibope dos serviços públicos, havidos como cargas improdutivas e ociosas do orçamento.

Não se pode excluir, no clima de esperteza em que supõem nadar os estreantes no mundo político, que nele ingressaram pela mão do poder, sem o apoio do voto e da confiança popular, que, com tal meio, se queira alcançar algum fim irrevelado. Menciona-se, entre tais objetivos, a quebra do monopólio da Petrobrás e a reeleição do presidente da República. Tudo é possível, sobretudo tendo em conta que os novos constitucionalistas nunca mostraram qualquer apreço pela Carta a reformar. Para que a reforma, se eles fizeram o que quiseram, atrás do encolhido silêncio do Congresso e do muro de sutilezas erguido pelo Supremo Tribunal Federal?

O que parece é que se quer mudar algum dispositivo que, com aqueles dois olhos fechados, não se pode violar ou desprezar impunemente. Quem emenda, reconhece a validade do texto emendado: é um legalista, ainda que constrangidamente. Quem entende que a lei é arredável, não a altera, mas salta sobre ela.

De qualquer modo, apesar da provável popularidade da isca, o pórtico é o absurdo dos absurdos. Sem a estabilidade, cada governo demite, dispersa os servidores públicos e nomeia os seus, enquanto dura o seu governo. Os contínuos, os diplomatas, os escriturários, os fiscais — especialmente os preciosos fiscais — os engenheiros, os advogados entram nas repartições para saírem quando findar o mandato do chefe. Estamos, com a inocente eliminação do artigo 41 da Constituição, no regime dos despojos e do saque. O presidente, o governador, o prefeito, uma vez eleitos, fazem sua corte composta com o funcionalismo. É o que se chama de spoils system.

O governante entra no cargo como quem entra num território conquistado. A burocracia se patrimonializa, com o abandono do projeto da burocracia racional, na qual existe a especialização e a imparcialidade dos funcionários diante dos conflitos políticos. Aprovada a emenda em questão, para os amigos os cargos e, com os cargos, a aplicação da lei. Para os adversários, ódio ou indiferença. Os últimos têm ainda o recurso ao Judiciário. Ainda que os juízes fiquem de fora do terremoto, nele submergem os serviços auxiliares, a polícia. Que vale uma ordem judicial, se o oficial de justiça "se esquece" de cumpri-la e o escrivão de a reduzir por escrito? Esta é uma "modernização" bastante singular. Considera-se, com dados da década de 30 (Encyclopaedia of the Social Sciences), que, na Inglaterra, em 300 mil funcionários, apenas 100 pertencem ao partido vencedor. Nos Estados Unidos, desde o Pendleton Act (1883, é cada vez menor a possibilidade de cercar-se o governo de seus homens. Nem por isso, lá se disse, como não se diz na Europa, que tais princípios são inflacionários. A tolice da proposição — "a Constituição é inflacionária" —, se não esconde a tardia devoção por Mustafá Kemal Ataturk, pode ser medida com a substituição de um termo. Por que não dizer: a Constituição é sifilizante. Não há nenhum dispositivo, nenhuma linha que, especificamente, estabeleça medidas para prevenir ou curar esse mal.

Talvez se possa dizer que ela não é hemofílica nem cancerígena (se a causa vier de produtos radioativos). Mas não será ela carnívora, na medida em que não facilita, recomenda ou proíbe o consumo de carne, sequer com a restrição da carne humana? Aí está: a Constituição é tão inflacionária como antropofágica. E não há ninguém, no Brasil, que cuide de nossos pobres alienados, tanto os dirigidos como os dirigentes? Será necessária uma emenda Constitucional para tanto?

Contribuição sindical

José Laudelino Azzolin

O artigo 166, § 1º, da Constituição Federal de 1967, emendada em 1969, atribuía ao Sindicato a função delegada "de arrecadar, na forma da lei, contribuições para o custeio da atividade dos órgãos sindicais e profissionais e para a execução de programas de interesse das categorias por eles representados."

A CLT, ao regulamentar a contribuição sindical, um dia de trabalho por ano de cada trabalhador, mandava distribuir a receita decorrente nesses termos: 60% para o sindicato; 20% para o governo federal; 15% para a federação; e 5% para a confederação nacional.

A Assembléia Nacional Constituinte que, ao longo de seus trabalhos, sempre teve em alvo a garantia da "livre associação profissional e sindical", atribuiu à assembléia geral dos sindicatos a competência para a fixação das contribuições de custeio do sistema confederativo de representação sindical, de acordo com o inciso IV, do artigo 8º da Constituição de 88.

Os constituintes, no entanto, ao final do inciso, fizeram uma ressalva, incluindo a expressão "independentemente da contribuição prevista em lei".

A contribuição "prevista em lei" é aquela descrita na C.L.T.

Através da Medida Provisória nº 216, essa contribuição foi extinta.

Ocorre que o Congresso Nacional não converteu em lei a medida e, em conseqüência, a MP perdeu a eficácia, desde a edição, nos termos do artigo 62 da C.F.

Em decorrência, o sindicato pode arrecadar a contribuição sindical compulsoriamente.

Esse poder, porém, não é dever.

A contribuição sindical instituída pelo Estado, compulsória e autocraticamente, tem seu modelo originário na "Carta del Lavoro", implantando no Brasil o sindicalismo corporativista, bem ao tipo do fascismo de Mussolini.

A Itália, berço da compulsoriedade, já a extinguiu sendo que o Brasil é o único país do mundo cujo ordenamento positivo contempla o instituto da contribuição sindical compulsória.

O princípio da liberdade tem que ser entendido como a livre organização dos sindicatos, sem a prévia autorização do Estado e autonomia de gestão, sem as possibilidades de intervenções estatais.

Ao analisar a liberdade sindical, o professor João Regis Fassbender Teixeira considera que "o famigerado imposto sindical, com a nominação alterada para contribuição sindical, é óbice à liberdade individual e também à coletiva. E, ademais, impedimento para o crescimento sadio de um sindicalismo autêntico, a par de ser caldo de cultura fértil para pelegos e profissionais do sindicalismo".

Floriano Corrêa Vaz da Silva sustenta que "enquanto houver imposto sindical, não haverá liberdade sindical, já que a ele estão sujeitos, inclusive, os não sindicalizados".

Importante é a advertência do professor José Martins Catharino: "a eliminação da contribuição sindical não tem a virtude de trazer a liberdade sindical. Mas, da parte do Estado, será uma efetiva demonstração de que não mais pretende patrocinar o sindicalismo; e da parte dos trabalhadores, será uma proclamação de autonomia".

Internamente, o requisito da liberdade de sindicalização e a conseqüente contribuição voluntária, deve ser encarado com um sentido de respeito ao colega de profissão, mesmo que relutante a associar-se, o que levará também a respeitar o direito do colega a seu próprio salário, sem contribuições compulsórias para o sindicato, salvo quando beneficiado por uma ação sindical coletiva, acertada, por maioria, em assembléia da classe.

A Organização Internacional do Trabalho tem admitido, para reforçar as finanças do sindicato, a estipulação de uma quota de solidariedade na convenção por ele ajustada, a ser paga exclusivamente pelos não associados, como condição para que a estes se estendam as vantagens constantes do instrumento negociado.

Assim, constituir-se-ão receitas do sindicato.

1º) – a contribuição mensal, voluntária, dos que se inscreverem como associados;

2º) – a quota de solidariedade.

Concluindo, relativamente à contribuição sindical compulsória, parece certo que ela afronta o princípio da liberdade sindical, tal como consagrado na convenção nº 87 da OIT.

Consoante resolução do Comitê de Liberdade Sindical, (verbete nº 20): "A faculdade de impor obrigatoriamente a todos os trabalhadores da categoria profissional interessada o pagamento de contribuição... não é compatível com o princípio de que os trabalhadores devem ter o direito de filiar-se às organizações que acharem convenientes. Em tais circunstâncias, a obrigação legal de pagar cotizações ao monopólio sindical, estejam ou não os trabalhadores fliados a ele, representa uma nova consolidação do dito monopólio".

Dê férias para o seu dinheiro, tirando a mão do seu bolso !!!

Um Verdadeiro "Carnaval" de Preços, Prazos e Atendimento!

Em Nossas Lojas Bom Gosto e Qualidade Não Custam Mais Caro!

Para Você Não "Dançar",
Use Nosso Convênio
Vindo Direto Para as Lojas:

Tudo, mas tudo mesmo "EM 2 PAGAMENTOS"!!!
sem entrada e sem mais nada !!!

Gang Jeans
Surf Lançamentos
e Pedágio da Moda

10 LOJAS PARA BEM SERVIR:
6 EM CURITIBA, 4 EM PONTA GROSSA

• Em Curitiba...
• GANG JEANS - Rua Voluntários da Pátria, 285 - Centro
Pç. Generoso Marques, 87 - Centro - Mal. Floriano, 5889
V. Hauer - Rua Alberto Foloni, 244 - Centro Cívico
• PEDÁGIO DA MODA - Rua Voluntários da Pátria, 261 - Centro
• SURF LANÇAMENTOS - SHOPPING MUELLER - Loja 68/CA

• Em Ponta Grossa...
• SURF LANÇAMENTOS - Coronel Claudio, 48
• LOJAS GUARANI - Coronel Claudio, 126
• A PREFERIDA - Coronel Claudio, 52
• BALÃO VERMELHO (Infantil) - Coronel Claudio, 200

Safite - Posse dos novos dirigentes

Discurso proferido por José Candido de Abreu

Tomamos posse, hoje, na Diretoria do Sindicato dos Agentes Fiscais de Tributos Estaduais do Estado do Paraná, em substituição à Diretoria Provisória fundadora, que teve o encargo de legalizar este Sindicato, tornando-o organização representativa de nossa categoria.

Cabe-nos agradecer, neste momento, a todos os membros da Diretoria que nos antecedeu, presidida pelo Sr. José Laudelino Azzolin, pelo seu trabalho, luta e conquistas em prol do engrandecimento da Classe fazendária, que com competência e responsabilidade cumpriram plenamente suas funções.

Colegas, vivemos momentos difíceis, a cada dia que passa ganhamos menos. Os salários são achatados, buscam calar a voz dos Sindicatos, alegando que a principal de suas bandeiras, a valorização do trabalho através do salário justo... é inflacionária, enquanto que nao se estrutura nenhum programa de circulação de riquezas, valorizando a pessoa humana por aquilo que realmente é e produz.

Não podemos aceitar os limites impostos aos nossos salários, sem refletirmos profundamente, as razões dos mesmos. Nestes últimos tempos surgiram vários políticos que conquistaram simpatia popular atacando a imagem do Servidor Público.

Nós do sindicato, teremos como objetivo fundamental, lutar por salários dignos e justos, compatíveis com as nossas funções e responsabilidade social. Lutaremos, também, por condições de trabalho e cursos de formação e adequação profissional, para que a relação entre Estado e Contribuinte, seja de igual para igual, quer na aplicação da informatização na fiscalização, quer no conhecimento técnico de nossos Agentes, frente a evolução dos mecanismos de sonegar.

O Fisco Estadual é a **mola propulsora** de toda a arrecadação nacional.

Neste sentido a valorização dos Fiscais Estaduais é diretamente proporcional ao aumento da arrecadação, maiores possibilidades de progresso e bem estar social. Portanto necessitamos da macro-visão dos governantes, em relação aos resultados reais de toda a Classe dos Agentes Fiscais Estaduais.

Queremos que os governantes eleitos exerçam seus mandatos em nome do povo e para o povo, repelindo energicamente interesses espúrios de grupos econômicos, que a título de participação no processo político democrático, se sentem no direito de impor situações não só ilegais, ilegítimas e muitas vezes marcadamente imorais, como forma de compensar eventuais ajudas financeiras.

Plano de trabalho imediato

Encaminhar ofício ao novo Secretário da Fazenda, marcando audiência, na qual apresentaremos a nova Diretoria do SAFITE, e entregaremos as reivindicações da classe fiscal aprovadas nas Assembléias anteriores.

PRIORIDADES

1 — Redutor de salários: proporemos a ampliação do teto salarial do Secretário, ou a exclusão das quotas de produtividade do cálculo que incide o redutor.

2 — Plano de Carreira: regulamentação da Lei 7051/78 com as alterações ocorridas.

3 — Salários: na média dos cinco Estados que mais remuneram, considerando-se que o Paraná é o quinto Estado em arrecadação.

4 — Insuficiência de Pessoal: evitar as disfunções na classe fiscal, estimulando o trabalho de fiscalização em: empresa, operações volantes e postos fiscais.

5 — Apoiar: A implementação de programas que vise o aumento efetivo da receita do Estado.

QUESTÕES ESTRUTURAIS

Ao iniciarmos nossos trabalhos no SAFITE, constatamos que do ponto de vista legal o sindicato está estruturado, contudo em relação à representatividade efetiva, ainda estamos na estaca zero.

A Assembléia Geral de 17/11/90, normatizou sobre as eleições da diretoria definitiva, dando direito a toda classe fiscal a votar e ser votado, ao tomar posse a nova diretoria passa a cumprir as disposições gerais do Estatuto e não as transitórias.

Sendo assim, estamos impedidos de realizar eleições das comissões sindicais aonde não foram constituídas no último processo eleitoral, bem como, criar a comissão sindical dos aposentados, umas das propostas de campanha por nós defendida. Com relação as regionais sem comissão sindical, nomearemos representantes de fato, para encaminhar a este sindicato suas reivindicações.

O Art. 29, letra A e B, de nosso Estatuto, trata dos direitos e deveres dos associados.

Art. 29 — O Sindicato assegurará aos associados em dia com suas contribuições e obrigações estatutárias:

a) — participar das Assembléias Gerais, se filiado a pelo menos 6 meses;

b) — votar e ser votado, se filiado há pelo menos 12 meses.

Diante do exposto, priorizaremos pela sindicalização maciça da categoria com estabelecimento de contribuição sindical, através da Assembléia Geral Extraordinária, marcada com este fim, para o dia 23 de março do corrente.

Ressaltamos, que a classe não ficará em sua força reivindicatória neste período de estruturação, caso necessitemos convocar Assembléias para tratar de assuntos classistas não estabelecido em Assembléias anteriores, faremos em conjunto com a Diretoria da AFFEP.

SELITO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

FONE 368-6556

Tintas e materiais de construção

"Maior estoque... melhor preço"

Av. Maria Antonieta Santos, 101
Vila Maria Antonieta
PIRAQUARA - PARANÁ

Galeão Supermercados

Certeza de Boas Compras
Garantia de Preços Baixos

Seminário - Salgado Filho - São José

Discurso proferido por José Laudelino Azzolin

Afasto-me das responsabilidades diretivas pois sou contra a profissionalização de dirigentes sindicais que conduz facilmente à perpetuação de líderes ou equipes liderantes, com prejuízo da participação e até do interesse do corpo associativo.

As eleições que acabamos de realizar, esse ato solene de transmissão de cargos, todo esse processo altamente democrático, transparente e imparcial levam à alternância do poder e objetivam despear a administração sindical daquele tipo de profissionalismo que tenta perpetuar os dirigentes e sufoca as lideranças potenciais.

Quero, nesta oportunidade, prestar minha homenagem a toda a classe, porque os colegas, sem mandato e sem cargos diretivos vêm, de há muito, construindo o processo de desenvolvimento sindical, através da participação nas assembléias, nas audiências, nas reuniões e até mesmo no confronto com a administração.

Para a nossa classe, vale a afirmação do mestre Orlando Gomes no sentido de que "nenhuma instituição pode ser interpretada senão em função do ambiente que lhe propiciou a existência e condicionou o desenvolvimento".

Este evento é ideal, também, para externar nosso descontentamento.

As condições remuneratórias hoje vigentes inviabilizam o plano de carreira, de vez que mais de 50% dos Agentes Fiscais, distribuídos nas diversas séries de classes, recebem hoje, uma remuneração única.

Acho compreensível a fixação de um limite de remuneração, quando numa conjuntura estável.

Causa aborrecimento e insatisfação, contudo, a decisão que, unilateral e discricionariamente, afasta compromissos assumidos e estabelece regras incompatíveis com o que anteriormente fora avançado.

O redutor de salários pune quem optou pela carreira através do profissionalismo, do empenho e da dedicação.

A capacidade técnica, a probidade, a eficiência e a efetividade devem ser buscadas de todas as formas para se conseguir a boa reputação do organismo fiscal. Três

dores, pois, enquanto aplicado, formas, todavia, se sobressaem: a eficência, a qualificação e a remuneração condigna.

O teto remuneratório que nos é imposto causa desmotivação para ocupar cargos de gerência e funções relevantes, como também, aterra qualquer possibilidade de se implantar na organização a avaliação de desempenho e, o que é pior, leva ao desinteresse pela qualificação, pois não existe compensação pelos esforços dispendidos.

O redutor vem, ainda, estabelecer um clima de discórdia entre as mais diversas classes de serviodiosamente, para alguns, não é imposto a outras.

Tenho a oportunidade, também, de agradecer.

As manifestações de aplauso e júbilo, só vem acontecer nas ocasiões em que o homenageado se empossa em cargo e não nas ocasiões em que deixa o exercício da função.

Ouso afirmar, porém, que as manifestações de carinho e apreço das quais fui alvo desmentem a apregoada avareza do brasileiro no encômio desinteressado.

Agradeço a todos, do fundo de meu coração, principalmente àqueles que, diuturnamente, nos momentos de alegria ou de tristeza, de conquista ou insucesso, juntos estivemos.

Finalmente, quero enunciar meu desejo.

Que os novos dirigentes do sindicato sejam coroados de sucesso em todas suas pretensões.

Desejo ao José Cândido de Abreu e à sua equipe pleno êxito em suas tarefas e uma gestão plena de realizações, desejo que, com certeza, é de todos nós, pois irmanados, junto e interados, haveremos de atingir nossos objetivos e concretizar nossas aspirações.

Discurso proferido por Petrônio Omar Querino Tavares

É bom vir ao Paraná.

Neste estado nós temos uma liderança extremamente respeitada no âmbito do fisco estadual brasileiro, que se destaca pelo equilíbrio, firmeza, competência e lealdade na defesa dos interesses do fisco, que é o Azzolin.

O Paraná é um dos estados que está entre os cinco no país na arrecadação do ICMS.

O Paraná tem uma associação bem estruturada econômica e financeiramente.

Hoje ascendem ao comando do sindicato novas lideranças representadas pela juventude de José Cândido de Abreu.

Quero aproveitar esse evento para declarar que o Paraná precisa rever sua política de recursos humanos para com o funcionalismo em geral e principalmente para com o fisco.

Não é possível que o estado que se situa entre as cinco maiores arrecadações, que possui colegas do mais alto grau de formação cultural na área fazendária e que são conhecidos nacionalmente através da COTEPE e do CONFAZ esteja a reboque de estados pequenos que são, inclusive, ajudados pelo governo federal para arcar com sua folha de pagamento.

Não posso, como presidente da federação, dizer que concordo, não é possível calar.

Ao mesmo tempo em que precisamos lutar por um fisco probo e honesto, não podemos abrir mão de que também os governantes sejam honestos não favorecendo oligopólios e grupos econômicos comprometidos com a ação de governo.

A honestidade dos governantes abrange, também, a dignidade salarial e a implementação de mecanismos que conduzam à profissionalização, à ascensão funcional, à qualificação e à modernidade da máquina administrativa.

Não ousem os governos, tal como está procedendo o governo federal, achatar ou reduzir ainda mais a remuneração do fisco com a extinção da gratificação de produtividade do auditor federal.

A FENAFISCO já se uniu à UNAFISCO para lutar contra essa decisão imprudente e injusta das autoridades federais.

inpar

Indústria Metalúrgica Paranaense S. A.

Importação e Comércio

Fábrica 1 - Escritório e Atacado
Rua João Bettega, 1581 - Fone: (041) 248-4233 - Telex: 41-6044 - PRNA-BR - End. Teleg. INPAR — Curitiba

Fábrica II - Divisão de Plástico
Av. das Araucárias, 320 - Fone: 842-1522
Tomaz Coelho - Araucária-PR

Os benefícios da cooperação técnica

No período de junho de 1982 a novembro de 1990, funcionou junto à Secretaria da Fazenda do Paraná, o Projeto Alemão de Cooperação Técnica. Foram 8 anos de intensas atividades que objetivaram a transferência de know-how técnico-científico na área de Administração Fazendária. Fruto de acordo bilateral de cooperação técnica internacional firmado entre os governos do Brasil e da Alemanha, o Projeto propiciou à Administração Fazendária paranaense a oportunidade ímpar de intercambiar práticas e conhecimentos técnicos com a avançada, moderna e eficiente administração alemã.

O Projeto no Paraná, monitorado pela Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda e GTZ, Sociedade Alemã para a Cooperação Técnica, contou ainda com a parceria do Estado de Berlin, estabelecendo laços de coirmandade na área fazendária entre o nosso Estado e aquele importante Estado da Alemanha. Através dos técnicos alemães Klaus Kruger, Bernd Kamieth, Erhard Buth e Andreas Schneider, responsáveis pela execução, e, de outros técnicos e especialistas alemães que aqui estiveram participando de eventos de curta duração, os objetivos iniciais do Projeto foram alcançados.

O Projeto Alemão deixou entre nós significativos resultados práticos na área de desenvolvimento de recursos humanos, técnicas administrativas e procedimentos fiscais, dentre os quais:

— o "dossiê de empresas" ou "pastas de contribuintes", onde o fisco se organiza no trabalho de controle e pré-fiscalização;

— o "projeto parâmetros" que permite a seleção metodológica de contribuintes a serem fiscalizados;

— o sistema gerencial FCF, "fichário de empresas", que possibilita um gerenciamento mais eficiente da fiscalização;

— o "Manual de Orientação Fiscal" que, se atualizado, propicia aos agentes fiscais abordagem segura e padronizada de procedimentos;

— a norma regulamentadora para a simplificação dos procedimentos de exclusão de contribuintes do cadastro;

— inúmeros cursos e seminários de significativo conteúdo cultural de cunho administrativo e fiscal:

• Introdução ao Processamento de Dados

• Técnicas Modernas de Fiscalização

Novembro/85: o Secretário João Elísio e o diretor da CRE José Azzolin recebem o Sr. Dirke Hoppe, gerente da GTZ, entidade patrocinadora do Projeto, juntamente com os técnicos do Projeto e auditores da GTZ

Março 1986: Klaus Krüger assiste um grupo de treinandos em Seminário realizado em Florianópolis-SC.

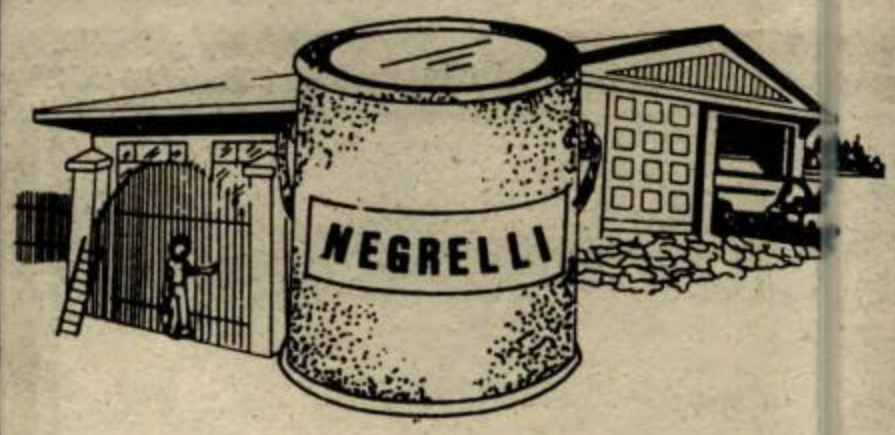
• Fiscalização de empresas que se utilizam do Processamento de Dados

• Formação didático-pedagógica de Instrutores;

— toda a sistemática de avaliação de desempenho utilizada no projeto de treinamento dos Agentes Fiscais 3, concursados em 1985;

— estágios de funcionários públicos brasileiros na República Federal da Alemanha, para aprimoramento técnico-

Comercial de Tintas Negrelli



Tintas e materiais de construção em geral

Rua Dna. Isabel a Redentora, 2188
Fones: 283-2832 - 282-1398
São José dos Pinhais

CAREDAM
IND. E COMÉRCIO DE PALITOS LTDA.

Av. Rui Barbosa s/n - V. Margarida
Tel: (041) 282-0265 - Teles: 41-6907 CDAM
Telefax: (041) 283-3442
São José dos Pinhais

Filial: Agudos - Estado de São Paulo
Rua João Batista Garbine s/n
Fone: (0142) 62-2117 e 62-2147

Abril/87: visita dos senhores Ingo Trendelenburg e Dr. Werner Kohl, autoridades fazendárias do Estado de Berlin

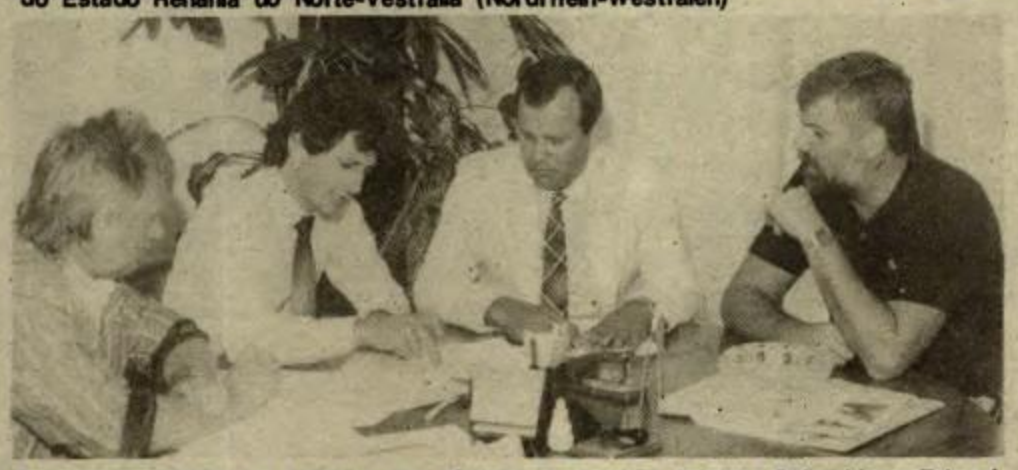
profissional, através da metodologia "on-the-job-training" (aprender fazendo), junto à Administração Fazendária do Estado de Berlin. Participaram desses estágios 14 funcionários fiscais da CRE, 3 funcionários da SEFA/PR e 7 funcionários de outros Estados brasileiros.

O governo alemão incumbiu-se de todos os custos de implementação, execução e manutenção do Projeto. No seu final, todo o material e equipamentos didáticos ou de suporte do Projeto foram doados à CRE: uma filmadora, um aparelho de videocassete, um televisor Sharp 20", um microcomputador "lap top" da Toshiba e acervo bibliográfico.

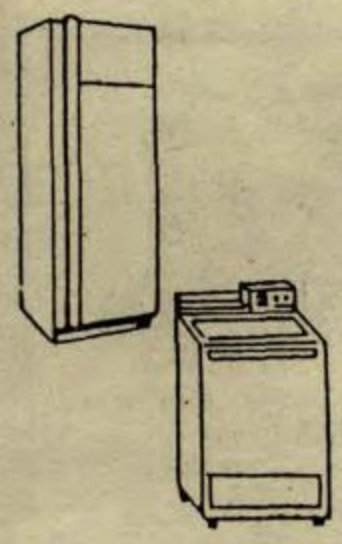
Assim, essa experiência histórica revestiu-se de pleno êxito. Acreditamos que dificilmente o Paraná poderá contar com outro projeto de cooperação internacional na área fazendária de tal porte e importância. Atualmente os alemães estão investindo maciçamente na parte oriental do seu país e, inúmeros outros projetos nas áreas de agricultura, saúde e saneamento, produção industrial, que eram mantidos no Brasil e outros países do terceiro mundo, foram desativados.

Dezembro/88: na sala do CENPRE, o diretor da CRE, Clovis Rogge faz a abertura do 3: Seminário de Formação Didático-pedagógica de Instrutores, ministrado pelos especialistas alemães Klaus Saalmann e Hans Gerd Leidinger da Escola Fazendária do Estado Renânia do Norte-Vestfália (Nordrhein-Westfalen)

Klaus e Azzolin embarcando para a Alemanha na despedida, o falecido colega Barra



Agosto/89: reunião de trabalho dos técnicos do Projeto Andreas Schneider e Erhard Buth e do gerente Mário Grott, com o diretor da CRE, Clovis Rogge



SYDNEY MAQUINAS

Assistência Técnica em Máquinas de Lavar, Secadoras, Geladeiras, Lava-Louça e Freezer.

Especializada: Brastemp - Wite Westhingouse - Consul - Prosdócimo.

"Serviços com Garantia" — "Orçamentos sem Compromisso"
— Atendimento a Domicílio —

Descontos Especiais á Funcionários e associados da AFFEP

Avenida da República, 6945 - Tel: 246-3781 - Vila Guaira - Curitiba

Melhorias nas repartições fazendárias

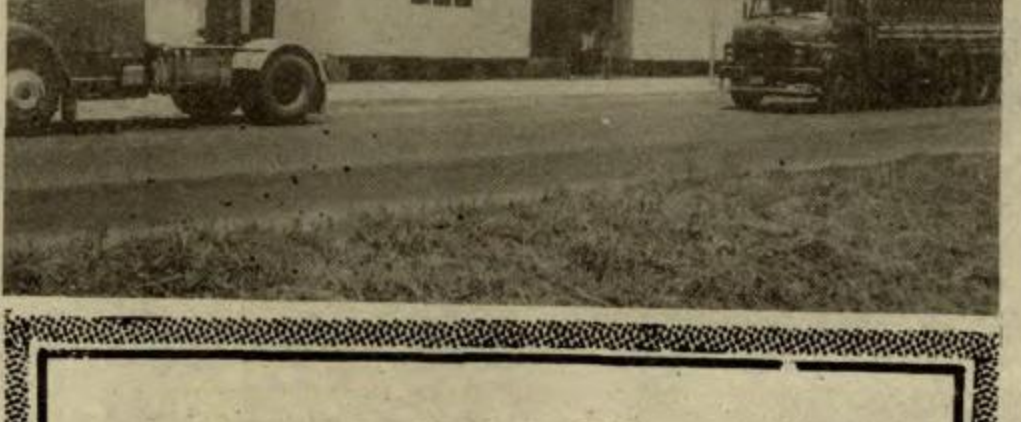
A Coordenação da Receita do Estado, em continuidade ao plano de obras de reparos, recebeu reformadas as seguintes unidades:

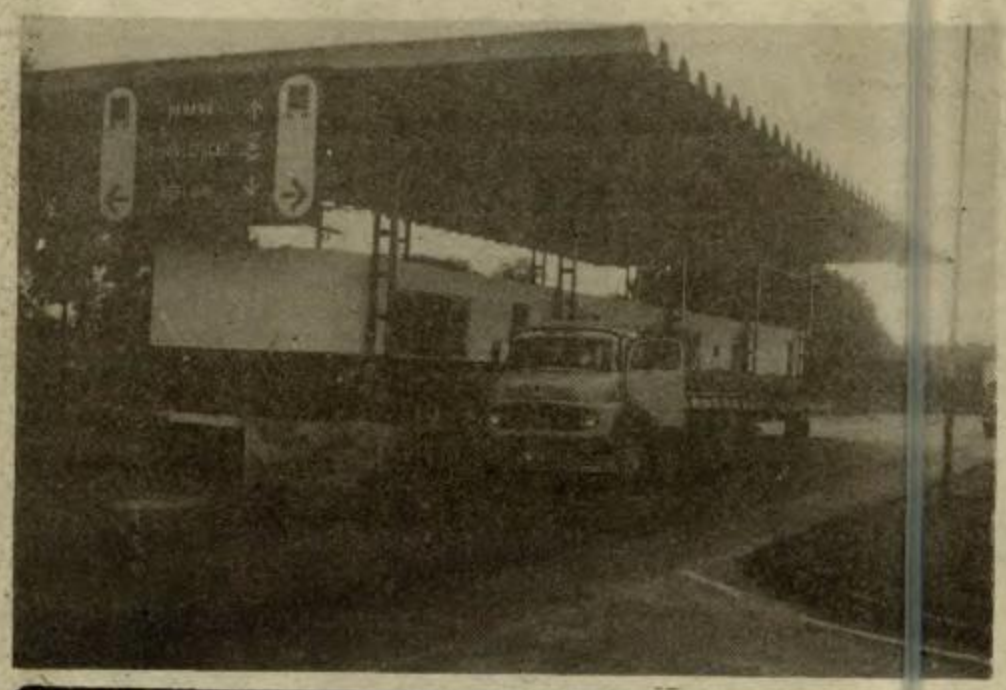
DRR de Pato Branco – 13ª DRR

Posto Fiscal Querubino P. da Silva – 1ª DRR – Curitiba

Posto Fiscal Querubino P. da Silva – 1ª DRR – Curitiba

AR Reserva – 3ª DRR – Ponta Grossa – vista externa
AR Reserva – 3ª DRR – Ponta Grossa – interior da AR
AR Castro – 3ª DRR – Ponta Grossa
AR Jaguaiaíva – 3ª DRR – Ponta Grossa
AR Arapoti – 3ª DRR – Ponta Grossa
AR Imbituba – 3ª DRR – Ponta Grossa
AR Telêmaco Borba – 3ª DRR – Ponta Grossa
AR Piraí do Sul – 3ª DRR – Ponta Grossa
Posto Fiscal Berthier de Oliveira – 3ª – Ponta Grossa. O montante gasto com reparos nas unidades citadas foi de aproximadamente 5 milhões de cruzeiros.





CAVIPAR

CAVIPAR
CAVILHAS PARANÁ LTDA.
CAVILHAS

Rua Capitão Benjamim Claudino Ferreira, 1631
Telefone: (041) 282-1712 - São José dos Pinhais – Paraná

SUPERMERCADO TIMONEIRA

"ONDE VOCÊ COMPRA MELHOR, PELO MENOR PREÇO"

AV. EMÍLIO JOHNSON, 667
FONE: 757-1360
ALMIRANTE TAMANDARÉ – PR

Combate à sonegação

As ações realizadas pela Inspetoria Geral de Fiscalização ganharam uma nova força depois da instalação da Promotoria Especial de Proteção ao Patrimônio Público – órgão vinculado ao Ministério Público – na Secretaria da Fazenda do Estado. "Os fiscais estão encontrando mais respeito durante o trabalho", disse Lidio Franco Samways, inspetor geral de fiscalização.

Foi exatamente nesse ponto que os promotores de Justiça Rotildo Chemin e Carvilio da Silveira Filho encontraram maior apoio. Os fiscais estavam sentindo necessidade de ver o resultado do seu trabalho, de ver os crimes de sonegação e fraudes, constatados através das ações, serem encaminhados à justiça. Uma forma de fortalecimento da atuação do profissional, segundo Samways.

Na IGF a mudança foi sentida no dia-a-dia. "Os empresários já estão tomando mais cuidado", afirmou Samways. Com este fator inibidor e ainda com a nova lei que define os crimes contra a ordem tributária, econômica, e contra as relações de consumo, a IGF julga agora estar com todos os instrumentos para "fechar o cerco" contra os sonegadores.

Os setores que vêm dando mais trabalho à fiscalização são o dos frigoríficos, cereais, laticínios, e ainda as destilarias de álcool e as usinas de açúcar.

PROCESSOS

A Promotoria Especial de Proteção ao Patrimônio Público encaminhou mais quatro processos de casos de sonegação e fraudes ocorridos no Norte do Paraná. Todos os casos envolvendo frigoríficos "falsos", sediados em Apucarana.

Segundo dados coletados pela investigação do Fisco, a maior parte dos frigoríficos não tinha condições de ter o giro de compra e venda apresentado, além das firmas não estarem em atividade. "Tudo leva a crer que as pessoas indiciadas são testas de ferro", disse Chemim.

Entre as irregularidades estava o lançamento de notas fiscais paralelas e o lançamento de créditos indevidos nas Guias de Informação e Apuração do ICMS (GIA).

Estão sendo processados Otacilio Gomes da Silva e José Francisco de Freitas, do Frigorífico Natural Ltda; Gerson Pereira dos Santos e Ismael Rodrigues da Silva, do Frigorífico Novo Par Ltda; e ainda Amauri dos Santos, Orlando Alher e Armando Zaghini, do Apucarnes, Distribuidora de Gêneros Alimentícios Ltda.

A Secretaria da Fazenda ainda não tem o valor total da sonegação, porque alguns valores não foram reajustados. A data do interrogatório, contudo já está marcada e deve acontecer ainda este mês.

INDÚSTRIA DE CAL BUZATO
SEIS IRMÃOS LTDA.

RODOVIA DOS MINÉRIOS km 19 S/Nº
FONE: 757-1213 – MATO DENTRO
ALMIRANTE TAMANDARÉ – PARANÁ

A situação já foi pior

Por que essas fotos? São para conformar o chefe do posto fiscal de Pontal do Tigre, Daniel Moreira. Inconformismo verificado no Notifisco de fevereiro, com pouca razão, se comparado o prédio do seu posto fiscal com as fotos antigas. Mas, em contrapartida, justificável, se essa confrontação for feita com as construções mostradas no mesmo Notifisco, sob o título "Roupa Nova para as Agências Fiscais". Estas são chiquérrimas e foram feitas cidades com recursos e conforto, enquanto as outras, à beira de rios, não dispõem de nenhuma comodidade.

Mas é bom que se faça justiça aos funcionários das fotos, que nunca se julgaram injustiçados ou humilhados por terem servido naqueles cortiços. Pelo contrário, muitos se envaidecem disso, porque eram cônscios de suas obrigações e sabiam que estavam cumprindo seu dever, para o qual foram nomeados.

À frente Moreira, trabalho e persistência. Se você fizer por merecer, um dia ainda os homens mandatários, justos, o reconhecerão, como fizeram no passado ao Acyr e ao Cezar. Estes dois, hoje aposentados, até acham que valeu a pena o sacrifício pelas posições que galgaram, por mérito, no final de suas carreiras.

Quero aproveitar para fazer uma homenagem as mulheres do "Fisco" E dar um conselho, se me permitirem. Sejam sempre fortes na luta do dis-a-dia. Resistam a todas as tentações e propostas desonestas, denunciem quando isso acontecer e dêem duro nos sonegadores. Estejam sempre presentes onde forem chamadas para ajudar o nosso Fisco e a arrecadação do Estado.

Pedro Braz.

Posto Fiscal de Capim, 1951. Na frente o encarregado Acyr Figueira de Rosa.

Posto Fiscal de Camargo, no Rio Paraná, em Icaraíma, 1963

A ilusão da modernidade

Milton Ivan Elher

Com o advento do Brasil novo, moderno e collorido o censo que deveria ser divulgado em 90 ficou para 92. É que na preocupação de desestatizar, demitir e sucatear o que ainda resta do serviço público brasileiro, a Fundação IBGE viu-se impossibilitada de realizar o censo decenal no tempo devido. Poder?

É uma pena, pois de uns tempos para cá – desde que nos libertamos do jugo militar – os estudos do IBGE têm se constituído em documentos da maior credibilidade, altamente reveladores das situações de opulência e pobreza, das disparidades regionais e dos indicadores gerais da economia. O que traduzido em miúdos resulta em uma visão panorâmica séria, objetiva e honesta de todas as nossas necessidades e potencialidades. Uma exposição clara das nossas realidades, que são milhares e milhares...

Estadualmente falando, o Paraná tem muito a perder com esta procrastinação (ou seja, adiamento ilegítimo, espúrio, ilegal e imoral). Que outro documento nos poderia mostrar a verdadeira face do Paraná de hoje? Logo agora que iniciamos um novo período administrativo e político, quando tais dados seriam as ferramentas indispensáveis, senão para a solução, pelo menos para o diagnóstico correto, exato e atualizado de todos os nossos problemas?

Sabemos hoje que a população do Paraná ainda é bastante jovem, não tanto como a dos anos 60 quando a média ponderada dos paranaenses beirava os 15 anos. Que todos os anos milhares e milhares de jovens tentam ingressar no mercado de trabalho; que a maioria deles não tem qualquer aptidão, vítimas que são de um sistema educacional arcaico e viciado, sem contar os milhões que jamais tiveram acesso a uma sala de aula ; que mais de dois terços de nossa população economicamente ativa situa-se na faixa de um a três salários mínimos; que temos milhares de moradias sub-humanas e por aí vai.

Diante dessa realidade todas as promessas de campanha se dissolvem no ar, como bolhas de sabão. Miragens que antes serviram para despertar falsas esperanças e agora são reveladoras de novas angústias, frustrações e decepções.

Esperamos que os novos donos do poder estadual adotem um procedimento diverso e oposto ao que vem sendo praticado impunemente por Collor e companhia, por isso cada vez mais distantes e alheios das aspirações nacionais. Um círculo fechado no ambiente palaciano que insiste em falar em modernidade e nada faz para evitar que esse país resvale do terceiro para o quarto mundo.

Que a turma de Requião não volte às costas ao povo, imaginando fórmulas salvadoras e milagrosas, todas condenadas ao fracasso. Mas que, ao contrário, desça de seu pedestal para sentir de perto, olho no olho, as mágoas, as angústias, e inconformismo, a revolta surda e imponente que grassa no coração dos paranaenses.

Se isso for feito, temos certeza que teremos, enfim, um governo voltado para o social, atento às legítimas necessidades da população, realizando obras e serviços que correspondam aos interesses gerais de um povo sofrido, cansado de ser expoliado e enganado e por isso descrente... e aparentemente desinteressado.

Caso contrário, teremos que assistir novamente o velho filme, já tantas vezes exibido, das obras faraônicas e inúteis que só se justificam pela necessidade doentia de satisfazer e perpetuar vaidades. As vaidades dos políticos vitoriosos e dos eventuais e transitórios donos do poder.

Sabemos que a realidade é um cipoal de complexidades e que há muito mais coisas entre o céu e a terra do que sabe a nossa vã filosofia. Mas uma boa pista para se avaliar o desempenho de um governo, a sua natureza e as suas propostas é a sua verdadeira preocupação (ou despreocupação) pelo social. Tudo vale a pena, se a alma não é pequena, já dizia o grande Fernando Pessoa.

O silêncio

Acacio Woss 1: DRR.

O silêncio acalma, cura e
acomoda nervos
Agitados, feridas mal
cicatrizadas
E corações latentes e
desesperados.

O silêncio que envolve o mundo
que imagino
É o silêncio de todos os que
silenciaram,
Dos que silenciarão
E dos que jamais conheceram
o silêncio.

Silêncio!
Um ser busca na noite escura
um silêncio
maior para o seu silêncio.

Silêncio!
Um ser aspira por silêncio
Para silenciar em paz.

Silêncio!
Existe aqui, dentro do meu
peito,
Uma busca incessante de um
grande silêncio,
Onde o desejo de ter as tuas
mãos nas minhas,
No meio de um silêncio utópico
Se confunde com o silêncio de
minha alma
Que espera em vão.

Silêncio!
No silêncio eterno de meu
quarto,
Quando o silêncio se faz pesar
em arcadas luminosas
Queria que o teu silêncio me
falasse e que
Este teu silêncio, silenciasse
meu coração, e que de
Tantos silêncios surgisse o
nosso alvorecer cheio de
pássaros.

Silêncio!
Ainda haverá um tempo que do
silêncio nada sobrará
E em cantos e poesias nosso
amor evocará
O doce barulho dos seres
viventes que ainda não
silenciaram.

CELLI

BILHARES CELLI

Locação de mesas de

BILHAR — PEBOLIM — SNOOKER

Rua Tenente Djalma Dutra, 3285 - Fone: (041) 282-2131
São José dos Pinhais — Paraná

Arpeco s.a.
artefatos de papéis

Rua Dr. Claudino dos Santos, 2001
Fones: 283-3300 - 282-0763
TELEX 041-6160
São José dos Pinhais
Paraná

Fisco é a base do governo Requião

Uma cerimônia rápida, mas muito significativa, marcou a posse dos novos delegados da Receita do Estado, no dia 19 de março, no Palácio Iguaçu. Nesse dia, o governador Roberto Requião passou às mãos do Fisco a responsabilidade de mover toda a mola administrativa. "Na Fazenda e na Receita Estadual repousa o projeto de reestruturação do Paraná', disse.

Para o governador, todo o Estado depende neste momento do comportamento e da produtividade da Fazenda e da Receita Estadual. Por isso mesmo ele determinou duas medidas básicas para a realização desse projeto: um aperto e um combate à sonegação, acompanhados de uma campanha, cujo tema será o significado e a importância do pagamento do imposto.

"Nós estamos entre os Estados mais bem estruturados do país, mas precisamos recuperar os salários, o setor de saúde e a educação", disse Roberto Requião. No mesmo tem o secretário da Fazenda, Heron Arzua, reafirmou o papel do Fisco como indispensável ao suporte financeiro do Estado. "Nós daremos os meios para o Estado realizar obras".

E nesse ponto todos parecem concordar. Da mesma forma, o novo diretor da Receita do Estado, Aguimar Arantes, ressaltou a importância de um trabalho permanente da fiscalização. "Estaremos empenhados em todas as medidas necessárias ao combate à sonegação".

Também estavam presentes à solenidade o secretário de Esporte e Turismo, Edson Gradia, o secretário de Comunicação, Fabio Campana, o chefe da Casa Civil, Caito Quintana, e o ex-candidato ao senado, Toni Garcia.

Tomaram posse nesse dia os seguintes funcionários: Vicente Luiz Tezza, na 1ª DRR, em Curitiba, José Marçal Antonio, na 3ª DRR, em Ponta Grossa, Vilásio Krainer, na 5ª DRR, em Guarapuava, João Manoel Delgado Lucena, na 6ª DRR, em Jacarezinho, Louvanir Ranulfo Becker, na 8ª DRR, em Londrina, Claudinê de Oliveira, na 9ª DRR, em Maringá, Newton Modesto D'Avila, na 11ª DRR, em Umuarama, Murilo Ferreira Wallbach, na 13ª DRR, em Cascavel, e Dagoberto de Souza, na 14ª DRR, em Pato Branco.

Além destes, José Roberto dos Santos ficou como chefe de gabinete da CRE, Gerson Tarosso como inspetor qual de fiscalização, Dulcineia Aparecida Wendet Franco como inspetora geral de arrecadação e Anacleto Petenatti como inspetor geral e tributação. E ainda: Gilberto Della Coletta como chefe da ADRH, Joeci H. Santi Matos como chefe do CENPRE, Lídio Franco Samways como chefe da auditoria, Alair Teresinha de Souza Favoretto como chefe da AAA, e Nelson Abitoshi Yto como chefe da Assessoria de Informática.

Heron Arzua - Um bom começo

Uma organização da magnitude e importância de CRE, aliada ao seu objetivo final, faz com que o destino do próprio governo esteja a ela atrelado. Inconsistentes e infrutíferas são as boas intenções dos governantes em bem distribuir a justiça social se não forem providos de recuros para materializá-la.

Daí dizer-se que o bom funcionamento da máquina fisco-arrecadadora é vital para o sucesso de uma gestão governamental. Alguém já se referiu à CRE como sendo uma secretaria dentro de outra secretaria; e como tal deve ser olhada.

Estamos acompanhando atentamente os primeiros passos do novo secretário e recebemos com gáudio a indicação de Aguimar Arantes para a direção da Coordenação da Receita do Estado. Uma nomeação feliz e acertada, pois tal escolha recaiu sobre uma das pessoas mais qualificadas para exercer tal mister. Sobre seus predicados técnicos e morais já se escreveram linhas e mais linhas no Notifisco... razão pela qual vamos nos poupar em relação às suas virtudes. No entanto, cumpre agora ao titular da Fazenda, dar-lhe a sustentação necessária para que possa por em prática todo o seu plano de trabalho. Os problemas da organização são inúmeros; mas todos passíveis de solução; solução sta, diretamente ligada à iniciativa e boa vontade do secretário. A classe fiscal sempre correspondeu às expectativas nela depositada, mostrando-se em elevado estágio profissional e dotada de uma dedicação ímpar no desempenho de suas funções.

Estamos dispostos a uma nova arrancada em busca de uma melhor arrecadação; mas, em contrapartida, queremos ter o nosso trabalho reconhecido, a par de um diálogo franco e aberto, pois só assim atingiremos o objetivo comum: A grandeza do nosso Estado.

EX

INDUSTRIA EXTRATIVA DE CAL

Cal Virgem - Cal Concentrado - Calcário

Estrada das Grutas, KM 10 – Bacaetava – Fone: 756-1644 – Colombo-Paraná

Os novos dirigentes da Coorde

Aguimar Arantes - Diretor da CRE

Luiz Vicente Tezza - Delegado da Receita em Curitiba

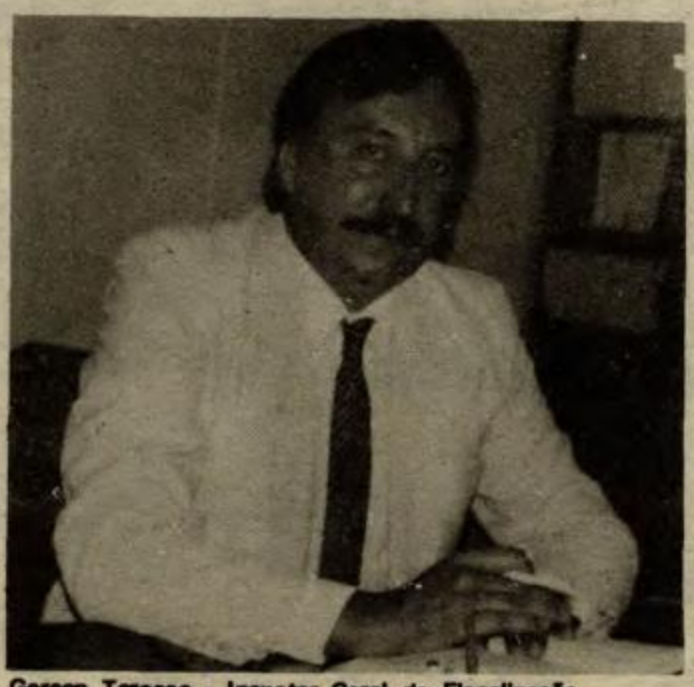
Vilásio Kraimer - Delegado da Rec
rapuava

Dulcinéia Aparecida Wendt Franco -
Inspetora Geral
de Arrecadação

José Roberto dos Santos - Chefe de Gabinete da CRE

Anacleto Petenatti -
Inspetor Geral de Tributação

João Manoel Delgado Lucena - Delega
em Jacarezinho



Gerson Tarosso - Inspetor Geral de Fiscalização

José Marçal Antônio - Delegado da Receita em
Ponta Grossa

Louvanir Ranulfo Becker - Delegado
Londrina

...nação da Receita do Estado

...ta em Gua-

Claudine de Oliveira - Delegado da Receita em Maringá

Dagoberto de Souza - Delegado da Receita em Pato Branco.

Lidio Franco Samways - Chefe da Auditoria

...da Receita

Newton Modesto D'Avila - Delegado da Receita em Umuarama

Gilberto Della Coletta - Chefe da ADRH.

Alair Terezinha de Souza Favoretto - Chefe da A.A.A.

Receita em

Murilo Ferreira Walbech - Delegado da Receita em Cascavel.

Joeci H Santi Matos - Chefe do CENPRE.

Nelson Akitoshi Yto - Chefe da Assessoria de Informática.

Homenagem ao companheiro Lídio Franco Samways

Mais de uma centena de agentes fiscais prestaram uma singela homenagem ao companheiro Lídio por ocasião da sua saída da Inspetoria Geral de Fiscalização. A elevada estima, e o enorme prestígio que detem junto a classe fiscal fez do salãro novre em que foi homenageado um espaço diminuto para tanta gente.

Em sinal de gratidão foi entregue uma placa com os seguintes dizeres:

"Ao amigo Lídio, o nosso reconhecimento por sua imensa dedicação e competência como profissional, mesclada à sua grandeza de caráter, simplicidade, companheirismo e tantas outras qualidades que aprendemos a admirar nesses gratificantes anos de convivência.

Sem extensas "milongas" muitos abraços dos amigos da CRE.

Curitiba, 15 de março de 1991".

Ao amigo Lídio, que ora assume a chefia da Auditoria da CRE os nossos votos de sucesso.

Lídio ao receber a placa em sua homenagem

Convênios com hotéis

A Secretaria de Esporte e Turismo firmou um convênio no final do ano passado com a rede hoteleira paranaense, beneficiando os servidores públicos que estiverem viajando a serviço. O convênio prevê descontos de 20% a 40% no valor das diárias de 52 hotéis do Estado, classificados com 2 até 4 estrelas.

Segundo o secretário do Esporte e Turismo, Edson Gradia, a intenção é beneficiar os servidores que se deslocam de suas cidades a serviço do governo. "Damos a oportunidade ao servidor de escolher o hotel de acordo com o valor de suas diárias". Uma pesquisa, realizada pela Secretaria, demonstrou que os servidores a serviço somam 1% dos hóspedes dos hotéis, principalmente do interior do Paraná.

A relação dos hotéis foi enviada a todos os órgãos públicos do Estado pela diretoria de Turismo da SEET. Mas através do número do telefone (041) 254-6933, ramais 140/143, ou ainda pelo disque-turismo (1516), o servidor interessado poderá obter todas as informações sobre o convênio.

O convênio abrange atualmente os seguintes hotéis: Araucária Palace (40%), Hotel Del Rey (35%), Deville Colonial (40%), Hotel Dom Bosco (30%), Paraná Suite (35%), Clímax (na baixa temporada 35% e na alta 10%), Hotel Eduardo VII (40%), Guaira Palace Hotel (35%), Hotel Lancaster (35%), Ouro Verde (na baixa temporada 35% e na alta 10%), Promenade (35%), Rochelle Park Hotel (35%), Savoy (35%), Hotel Jaraguá (30%), Hotel Brasília (35%), Cacique (35%), Filadelfia (35%), e Lira Hotel (35%), todos estes de Curitiba.

Em Foz do Iguaçu: Hotel San Martin (20%), Continental Inn (35%), Hotel Foz do Iguaçu (35%), Foz Plaza Hotel (30%), Nadai (20%), San Juan (na baixa temporada 30% e na alta 20%), San Rafael (20%), e Hotel Paranoá Palace (30%).

Em Londrina: Hotel Bourbon (30%), Nóbile Hotel (40%), Zollern Palace Hotel (35%), e Hotel Sumatra (40%).

Em Maringá: Hotel Deville Maringá (40%), Hotel Cidade Verde (30%), Bandeirantes (35%), Hotel Berlim (40%), e Indaiá Hotel (30%).

Em Campo Mourão: Paraná Palace (35%) e Piacentini (40%).

Em Guaira: Hotel Deville (40%) e Palace Hotel (30%).

E ainda os hotéis Ingá Palace (30%), de Andirá; Park Hotel (40%), de Colombo; Hotel Parque Balneário Caiobá (na baixa temporada 35%), em Matinhos; Dantas Palace Hotel (35%), em Paranaguá; Vila Velha Palace Hotel (20%), em Ponta Grossa; Kanoa Tropical Hotel (25%), em Santo Antonio da Platina; Hotel Santa Maria (35%), em Wenceslau Braz; e os hotéis Olinda Park (40%) e Vila Verde (35%), de Toledo.

A importância real

Quem é mais importante para ti:
Quem dirige um trabalho
Ou quem é dirigido;
Quem normatiza no trabalho
Ou quem é normatizado;
Quem chefia o trabalho
Ou quem é chefiado;
Quem manda no trabalho
Ou quem é mandado;
Quem é o administrador do trabalho
Ou quem é administrado;
As importâncias para ti são relevantes?
Estão na mesma representação funcional?

AVALIÉS:

A quantificação de valores para ELE tem grau muito
diferente de atribuição;
Certamente a representatividade de cada um, terá,
sem sombra de dúvida, valoração onde o teu trabalho no desenvolvimento dos grupos será muito mais importante;

LEMBRA:

ELE anulou-se para que o grupo sobrevivesse.

Osmahir Pereira Rosa - IGF/CRE

RM

R M – LUMINOSOS

de MORAES & FILHOS LTDA.

FUNDADA EM 15.03.1973

Publicidade Visual - Acrílica - Fachadas - Painéis Neon - Assistência Técnica - Prestação de Serviços - Testeiras para Posto de Gasolina

Av. das Araucárias, 6920 - (CIC) - Fone: PBX
(041) 843-1150 - Telex 412452 - Araucária-PR
- Sede Própria.

Classe Requinte durabilidade!...

Em "Design" ultra modernos e estilo de extremo bom gosto, ZENITRAM MÓVEIS apresenta seu "SHOW ROOM" com as últimas novidades em móveis de vidro e tubos cromados.

Atente bem para os detalhes: Sala de jantar com mesa e cadeiras em aço, estante com caixas para balcão e bar em arvoplac, padrão cerejeira, Cadeiras estofadas em tecido ou corvin.

Mesinhas laterais e de centro, com tampos de vidro e nos mais diferentes modelos.

Conjunto para escritório, com mesa em vidro e cadeiras com armação cromada.

Com a ZENITRAM, você pode formar seus próprios conjuntos, adquirindo peças em separados. Venha conhecer de perto estes e outros espetaculares móveis da linha ZENITRAM.

ZENITRAM MÓVEIS IND. E COM. LTDA.

Rodovia da Uva, KM 05 nº 420 - Colombo - Fone: 756-1481

Notas

Campanha da Fraternidade de 1991: O Confisco de salários é indigno ao trabalhador.

Competência da AFFEP de impetrar mandado de segurança coletivo

Acórdão nº 1.523, proferindo nos autos de mandado de segurança nº 7042.6, de Curitiba, em que é impetrante a Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná.

Administrativo. Mandado de segurança coletivo. Funcionário público. Representação por meio de entidade associativa. Comprovação não só que a impetrante está devidamente representada nos autos por seu presidente, como também que a entidade associativa está autorizada pelos seus associados, nos termos do artigo 5º, XXI, da CF, em nome destes, a ingressar em juízo com mandado de segurança coletivo.

Todos devem seguir o exemplo da 1.ª DRR

O Delegado Renê nos encaminhou o ofício nº 25/91: Cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Senhoria que, em data de 15 de fevereiro do corrente, fui informado pelo Sr. Voltaire, Chefe da Segurança da Assembléia Legislativa, sobre a detenção no interior daquela casa de Leis, de Roberto Mota Stimamílio, C.I. 3.146-203-7-PR, que estava vendendo jóias e fazendo-se passar por Agente Fiscal ou Funcionário dessa Associação. Referido indivíduo foi encaminhado à Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública; oportunidade em que para lá encaminhamos os Agentes Fiscais Osmar de Araujo Gomes e Waldir R. E. Kunze, os quais acompanharam a triagem efetuada por aquela especializada, oportunidade em que procederam a apreensão de uma pasta com algumas jóias, desacobertadas de documentação fiscal.

Uniformização de jurisprudência

Processo nº 0007870-0/01 — 1ª Vara da Fazenda Pública — Grupos de Câmaras Cíveis Reunidas — 26/11/90 — Decisão: Acórdão os Desembargadores que compõem os Grupos de Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado, em Sessão conjunta preliminarmente e por votação unânime em reconhecer haver divergência de julgados expor maioria absoluta de votos, vencido o eminente Des. Silva Wolff, aprovar Súmula nos seguintes termos: 1) Se o funcionário público não reclamou contra a supressão da gratificação de percentagem fazendária em decorrência da Lei Estadual nº 5.978, de 1º de agosto de 1969 (arte. 57), passados cinco anos prescreve o próprio fundo do direito e não apenas as prestações correspondentes a teor do Decreto-Federal nº 20.910.32; 2) Não se pode manter direito à percepção de vantagem concernente a verba fazendária já que ela foi revogada por lei (Lei Estadual 5.978/69, art. 57) e definitivamente desfeita por preceito constitucional (Constituição Federal de 1967, art. 196), contra o qual não se pode arguir direito adquirido. Emenda: Uniformização de Jurisprudência — Funcionários públicos estaduais, em atividade e aposentados — Pretensão a gratificação denominada "percentagem fazendária", absorvida e congelada pela Lei Estadual nº 5.978/69, que a extinguiu — Discussão sobre a ocorrência ou não de prescrição quinqüenal do direito de ação e acerca da existência ou não de direito adquirido — Divergência Jurisprudencial reconhecida; por votação unânime — Exige-se estabelecida em decisão tomada por maioria absoluta com a finalidade de uniformização de jurisprudência e a consubstanciar sumula, consoante o art. 479 do CPC, nos seguintes termos: 1) Se o funcionário público não reclamou contra a supressão da gratificação da percentagem fazendária, em decorrência da Lei Estadual nº 5978, de 1º de agosto de 1969 (art. 57), passados cinco anos prescreve o próprio fundo do direito e não apenas as prestações correspondentes, a teor do Decreto Federal nº 20.910-32; 2) Não se pode manter direito à percepção de vantagem concernente a verba fazendária, já que ela foi revogada por lei (Lei Estadual 5.978/69, art. 57) e definitivamente desfeita por preceito constitucional (Constituição Federal de 1967, art. 196), contra o qual não se pode arguir direito adquirido.

Professor Alexandre edita livro

O professor Alexandre do Espírito Santos editou recentemente mais um livro. Trata-se da obra "Vozes do Neocórtex: Posições e Contraposições", da Editora Pé Vermelho, já disponível no mercado editorial aos leitores e admiradores das obras do referido autor.

Comentando a obra, o professor José Pio Martins explicou que: "A capacidade que tem o professor Alexandre de embalar em pequenas cápsulas lógicas reflexões sobre o comportamento humano é algo que vai além da nossa imaginação". E continuou: "Na verdade o cérebro do professor Alexandre é uma máquina de produzir sabedoria. Trata-se de um filósofo versátil, que consegue juntar duas coisas aparentemente opostas: racionalidade e beleza poética".

Já o Agente Fiscal Clovis Rogge, ex-diretor da CRE, referiu-se à obra da seguinte forma: "O autor transita pelo cotidiano, apontando nuances comportamentais, adentrando de forma contundente nas reações humanas, individuais ou coletivas, utilizando-se de inferências lógicas quase irrefutáveis".

O professor Alexandre do Espírito Santos leciona em cursos de pós-graduação na Universidade Estadual de Londrina desde 1978. Paralelamente assessorou diversas instituições de ensino superior e de pesquisa, tanto no Brasil quanto no exterior, bem como empresas e entidades públicas e privadas. Na área de desenvolvimento de recursos humanos, uma de suas especialidades, o professor Alexandre desenvolveu, no âmbito da Secretaria da Fazenda do Paraná, trabalhos de consultoria sobre Administração Participativa (SIAP), Avaliação de Desempenho (AVD) e Desenvolvimento Gerencial.

Esta recente obra editorial do professor Alexandre reúne cento e trinta textos abordando os mais diversos assuntos da realidade que interage com o ser humano. São comentários relativamente curtos, com altíssimo conteúdo filosófico, que atestam a formação altamente científica do autor que, entre outros títulos acadêmicos, ostenta o de Doctor of Philosophy (Ph.D.), conquistado junto à University of Wisconsin, Madison, U.S.A.

Os interessados na obtenção de exemplar da obra poderão fazê-lo através do telefone 0432-24-4896.

E tradição

Do governador da Paraíba, Tarcísio Burity, sobre as críticas que lhe faz seu sucessor, Ronaldo Cunha Lima:

— O único governador do Brasil que não falou mal do antecessor foi Tomé de Sousa. Porque foi o primeiro.

O "Estado do Paraná" publicou:

Tempo de licenças

Os deputados Cafto Quintana e Djalma de Almeida César, ambos do PMDB, pediram licença ontem por tempo indeterminado de suas cadeiras na Assembléia Legislativa.

Os dois irão compor a equipe de governo de Roberto Requião. Cafto Quintana assume a Casa Civil e Djalma a Secretaria do Trabalho.

Opção

No pedido de licença, os dois peemedebistas optaram por manter os seus vencimentos pagos pela Assembléia Legislativa. O salário de um secretário de Estado gira em torno de Cr$ 400 mil, enquanto que um parlamentar recebeu no último mês Cr$ 1.956.565,64, distribuídos entre verba de representação, verba de assistência social e salário.

Vantagens

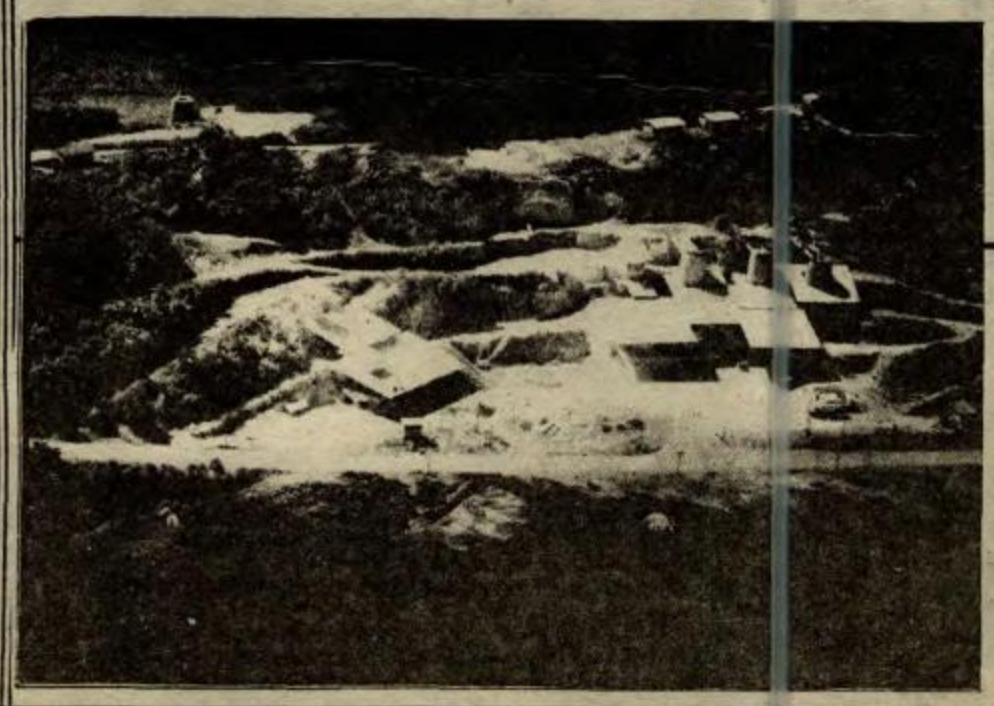
Os secretários podem engordar um pouco seus vencimentos com os "jetons" pagos pelas reuniões das assembléias de acionistas. Normalmente os secretários são os presidentes dos conselhos de administração das empresas vinculadas.

Fotos do Jantar

O jantar em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, realizado no dia 8 de março, rendeu belas fotos. Estas fotos estão agora reunidas num álbum e à disposição dos interessados (por Cr$ 500,00 cada) na sede da AFFEP. Maiores informações com Inês, através do telefone 223-7414.

Participe do Notifisco

O Notifisco recebe todos os meses críticas, poesias e outros artigos como forma de contribuição de vários associados. Essas contribuições são valorosas e dão mais força ao nosso jornal. Por isso, se você também está interessado em ser um colaborador, envie seu texto para o colega Mario Grott, do IGF, por malote. Ele será publicado em seguida. Não esqueça! Colabore!



PRATACAL
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL LTDA.

- CAL VIRGEM CONCENTRADA
- CAL HIDRATADA PURA
- CAL HIDRATADA MISTA
- CAL PARA PINTURA
- CALCÁRIO AGRÍCOLA A-B-C

ESTRADA DAS GRUTAS – km 06 – nº 700
FONES: (041) 756-1646 – 756-1401 – POÇO NEGRO
COLOMBO – PARANÁ

Simplesmente... Mulher

Pelas gratificantes horas de convivência e união sentidas ano passado, quando do I Encontro de Funcionárias da Secretaria da Fazenda, a AFFEP decidiu dar continuidade às comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher, com uma alegre e descontraída festa realizada no Restaurante Madalosso, dia 8 de março, com a presença aproximada de 300 mulheres... Assim, a cada ano, um número cada vez maior de participantes.

A partir dessa constatação, disseram alguns colegas de trabalho estarem se sentindo "discriminados" e dispostos a lutar pelo direito da criação do "Dia dos Homens da CRE".

Dessa "brincadeira", poderíamos, quem sabe, parar um pouco pra pensar! Por que um dia especial para a mulher? Afinal, homens e mulheres são especiais, a cada dia de suas vidas, quando se busca evoluir, lado a lado, como seres humanos.

Mas, infelizmente, ainda se evidencia, em muitos aspectos, a discriminação em relação à mulher, como, por exemplo, o poder dominador de alguns homens submetendo-a ao seu despotismo, à prostituição, à desigualdade salarial em muitas categorias profissionais, à miséria e ao analfabetismo, mais difundido entre o sexo feminino.

... É óbvio que não mais como há exatamente 134 anos atrás, no dia 8 de março, quando foram queimadas as 129 operárias americanas que reivindicavam seus direitos, reagindo às péssimas condições de trabalho.

De lá pra cá muito se conseguiu: o direito ao voto, admissão à cultura, acesso ao trabalho em profissões antes exclusivas masculinas, direitos civis ... e tantas outras conquistas, visando a sua emancipação.

Surgiu até o movimento feminista!

Aliás, ouviu-se falar em nossa famosa "rádio-corredor" que, para alguns integrantes de nossa organização, estamos arquitetando algum plano estratégico para nos sobrepormos aos homens.

Mas, nesse II Encontro de Funcionárias, como há um ano atrás, a idéia básica, o motivo principal dessa confraternização é o de uma real e verdadeira integração entre as mulheres, pregando uma convivência pacífica com os colegas do sexo masculino visando tão somente a realização pessoal e profissional.

Edy (aposentada) e Kymio (Chefe de Gabinete da 1ª DRR)

Joeci - Diretora Social do Safite, comandou a festa

O Encontro de Funcionárias é, em poucas palavras, o que comumente se diz: a união do útil ao agradável.

Ano passado, foi um início... um marco para repensarmos nossa situação em termos de auto-reconhecimento pelo trabalho realizado.

Reivindicamos, na ocasião, que as funcionárias fossem destacadas para cargos de chefia, dando-lhes oportunidade de evidenciar sua capacidade de gerenciamento, dentro do conceito de que competência não tem sexo, e que as mulheres não diferem dos homens no que diz respeito ao desempenho de suas atividades profissionais.

E fomos atendidas em nossa solicitação, tendo sido nomeada a 1ª Delegada Regional da Receita do Paraná.

Dentro desse mesmo raciocínio, o que pretendemos é aprofundar esse sentimento de união entre as mulheres, dar um novo sentido na busca de

DEPOSITO DE FERRO VELHO
VIDOFER
COMPRA DE METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS – MATERIAIS ELETRÔNICOS
– COM SISTEMA DE CONTAINERS –
RUA Dr. CLAUDINO DOS SANTOS, 1974 – TEL: 282-2881 – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

rumos certos, plantando novas sementes ao se tentar expulsar o vírus da alienação e acomodação tão frequentes, propiciando uma maior auto-realização.

Sentimo-nos imensamente gratificadas pela representativa presença das funcionárias em plena atividade; às tantas já aposentadas, de quem muito sentimos saudades, às esposas dos colegas de trabalho, à sra. Terezinha Azzolin, esposa do presidente da AFFEP, de quem obtivemos todo apoio e incentivo.

Agradecemos, enfim, às participantes do II Encontro de Funcionárias da Secretaria da Fazenda, todas igualmente especiais, pelo privilégio de simplesmente serem Mulheres.
Recompensadas ficamos pelas tocantes palavras das senhoras Delma Castanheira, Glacy Tramujas e Rosa Jacques da Silva.

Agradecidas estamos pelos brindes gentilmente ofertados pelas colegas Rosicler e Jussara (3ª DRR), Geni Lindolfi (aposentada), Glacy (SEFA) e às empresas: O Boticário, Magazin Avenida, Fabricante & Cia, Faret Sports, Chocolates Kopenhagen, Salware e Garoto, Di Marthel Calçados, Lojas Emilie, Distribuidora Zaid e Tapejara Turismo.

Ivonete (esposa de Ormando), Terezinha (esposa do Azzolin), Joeci e Maria Amélia (esposa do Osmar)

Um agradecimento especial à Inês, que tanto auxiliou nos preparativos para esse descontraído Encontro, e às demais funcionárias da alegre AFFEP.

Joeci Ehlke Santi Matos
Diretora Social

Amélia e Edelzira

Irena (1ª DRR), Lilian (1ª DRR) e Gedalva (Assessoria Econômica)

Dentro do espírito de vanguarda que norteia o Grupo J. Macêdo, o Moinho Londrina iniciou em janeiro as atividades de sua filial em Curitiba – J. Macêdo Alimentos – Central de Grãos, visando adequar-se à nova política de comercialização de trigo adotada pelo Governo Federal.

Referida empresa tem como objetivo principal promover a aquisição de trigo nacional e importado para abastecimento dos moinhos do grupo, bem como contratos de parceria com outras unidades moageiras, operacionalizando ainda Contratos de Hedge, transportes, cabotagem, fretamento, armazenagem, seguros, etc.

Localizada estrategicamente no Centro Cívico de Curitiba/PR, a nova empresa conta com uma excelente equipe operacional.

MOINHO LONDRINA
FAMA INDUSTRIAL S.A.

50 ANOS
GRUPO J.MACÊDO

Redutor, contagem regressiva

Limitador da Remuneração. Restringir pagamento de salários. Esta é a palavra certa para esta vergonha que atinge a classe no momento em que mais se empenha no aumento da receita, sem ameaças de greve, sem movimentos de paralisação ou boicotes.

Na primeira reunião com nosso Secretário ouvi a promessa que pela performance da receita seria mais fácil conseguir a suspensão do redutor até janeiro e agora vem a má notícia, o prazo, por decisão solitária, foi mudado para março.

Nenhuma reação por parte da AFFEP ou SAFITE. Apenas empenho no trabalho foi o que se viu durante todo este período e em nenhum momento falou-se em movimento grevista ou paralisação, mesmo porque, entendemos não ser este o momento de reivindicações de novos reajustes salariais, porém, não podemos abrir mão de nossas conquistas ocorridas no movimento de outubro/89 que o redutor está abocanhando com fome assustadora.

Estamos sendo jogados à boca do funil, salários estranguladores e defasados, nível de vida caindo assustadoramente, levando-nos a estabelecer como critério de sobrevivência novas fontes de trabalho e consequentemente de renda, em prejuízo de nossa atividade principal, pois ocupando as horas de descanso em atividades paralelas, sempre será, repito, em prejuízo da atividade principal. É o desgaste físico total, em busca de uma complementação de orçamento, pois tudo que ganhamos estamos devolvendo, agora, graças ao mesquinho procedimento de restrição salarial, único no Brasil.

Todos nivelados pelo redutor salarial, o que tem provocado o desinteresse pelas chefias e funções de responsabilidade. A situação agrava-se na medida em que se busca agentes fiscais para preencher vagas e encontramos semblantes tensos, carregados e posturas indiferentes às necessidades da organização.

Precisamos com urgência é transformar a função gratificada das Inspetorias Regionais em Cargos Comissionados, ainda mais agora que temos "super-delegacias" e uma política administrativa centralizadora, que tem dado uma sobrecarga de trabalho a todos. Este fato se acentua em função da grande lotação de Agentes Fiscais em serviços burocráticos e não no campo, onde é o seu lugar.

Ainda somos o 5º estado da federação em arrecadação do ICMS? Agora somos, com certeza, 20º em pagamento de salário de Agentes Fiscais. Como querer que um estado que trata seu funcionalismo público com tamanho desprezo, venha servir de exemplo ao Brasil?

Deputados estaduais, se despedindo do mandato que perderam nas urnas por incompetência e desmando, aproveitam o momento para saquear pela última vez o erário público, levando em Janeiro e Fevereiro a bagatela de Cr$ 8.000.000,00

(Oito milhões de cruzeiros) aproximadamente 662 salários mínimos, cada um.

Precisamos de posições definidas do SAFITE em relação a este pior momento que atravessamos. É mistér acautelar-se junto ao universo dos agentes, prevenindo-se para uma negociação ou confronto, já que nenhuma garantia temos quanto ao fim do redutor para o mês de março.

Queiram ou não os "todopoderosos" temos que buscar o momento de negociação antes do dissídio transferido para junho. Precisamos somar esforços e experiências em busca do bem comum que é a melhor situação salarial da classe e deixar de rotular grupos como sendo "radicais", "esquerda festiva", "xiitas", "comunas" etc.

Todos sabemos que no passado, muitos Agentes, hoje já aposentados, nunca se preocuparam com a melhoria salarial, principalmente quando ocuparam cargos de destaque e hoje estariam à míngua se, sob o comando do Azzolin e outros, posições firmes em defesa da classe não tivessem sido tomadas.

Lembrarei para sempre daquele momento em que o fisco parou e poderei sentir-me orgulhoso, pois não me omiti, muito ao contrário, participei ativamente e novamente o faria em defesa da classe.

No momento atual não existe, na administração, maiores preocupações com melhorias salariais. Em passado recente ficou provado quem está conosco e quem está contra, mais um motivo para nos preparar para novos passos.

Reajuste devido no ano anterior sendo pago em suaves prestações mensais, até parece coisa do Silvio Santos. Se considerarmos que os planos Collor I e II foram um fracasso e achataram como nunca os salários temos aí de volta a inflação crescente, claro está que o grande problema deste país é o político. Este engravatado que promete tudo e não cumpre nada, que acha que todo funcionário público vota na oposição. Vota mesmo, pois situação sempre foi sinal de peleguismo, puxassaquismo e outras aberrações do gênero.

Como a esperança é a última que morrer resta-nos ela, além de Deus, é claro.

Daniel M. Moreira - IRT/Maringá

BRASIL ELETRO MÓVEIS

do mogno ao pinus a maior variedades em móveis, pelo menor preço!

CONHEÇA NOSSAS OFERTAS EM:

Bares, domitórios, conj. de estofados, salas de jantar, eletrodomésticos, linha de presentes, brinquedos.

R: JOAQUIM NABUCO, 2450 TEL (041) 282-1561
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR

DUZZI

MÓVEIS E DECORAÇÕES

FABRICAÇÃO PRÓPRIA

"Arte e Bom Gosto"

A MAIOR E MAIS MODERNA LOJA DA REGIÃO

Rodovia Dep. João Leopoldo Jacomel, 52 - Fone: 267-6982 - Pinhais-Piraquara-PR

Rua Mariano Torres, 351 - Centro
Fone: 262-5513 - Curitiba-PR

Desempenho do setor industrial

O ICMS — Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações — registrou em 90, em relação a 1989, desempenho real nulo no setor industrial do Paraná, de acordo com levantamento realizado pela Coordenação de Assuntos Econômicos da Secretaria da Fazenda. Este resultado poderia ter sido mais desfavorável, caso não se registrassem as excelentes performances dos gêneros da indústria extrativa, material de transporte, química e serviços industriais de atividade pública.

A variação nula no ICMS decorre, segundo a Sefa, do fato de que se está comparando o ano de 1990, com o impacto da reforma tributária integrado a este imposto, contra o ano de 89, sujeito a efeito parcial da reforma. Isto fica claro quando o ICMS é comparado apenas com o segundo semestre de 89. Conforme já era previsto, o comportamento crítico e que passou a refletir os efeitos recessivos do Plano Collor aconteceu nos meses subseqüentes a junho de 1990. O cenário recessivo, entretanto, não pode ser atribuído exclusivamente ao Plano, uma vez que a economia estava desarticulada e a queda nos níveis de produção manifestados desde o final de 89.

Por sua vez, o desempenho mais favorável do ICMS logo após o Plano Collor residiu, justifica a Coordenação de Assuntos Econômicos, na retomada dos negócios pós-choque, na antecipação de pagamento do ICMS para os contribuintes se desfazerem de cruzados novos bloqueados, na "bolha de consumo" que o plano provocou em função do descrédito nas aplicações financeiras afetadas pelo bloqueio do dinheiro, na redução da evasão fiscal (Efeito Tuma) e do anonimato fiscal (nominação dos cheques), na contribuição trazida pela queda da inflação (Efeito Tanzi) que implicou em menores perdas com a defasagem de tempo entre o fato gerador e o recolhimento do tributo, na demanda maior em maio devida à transferência de titularidade.

DESEMPENHO POR SETORES

O desempenho da indústria de material de transporte deveu-se basicamente à mudança na sistemática de cobrança do ICMS, quando instituiu-se o substituto tributário, com conseqüente deslocamento da tributação do comércio (concessionária) para a indústria (montadoras). Nos demais gêneros, o crescimento deveu-se ao impacto residual da reforma tributária em 1990. Vale lembrar, ressalta a análise da CAEC, que a tributação de ICMS sobre minerais (indústria extrativa), combustíveis (química) e energia elétrica (outras atividades industriais), aconteceu em nível proporcionalmente mais elevado no ano passado, em função de que apenas a partir de maio e junho de 89 o impacto da reforma passou a ser integral.

Ao confrontar o desempenho do ICMS com o da produção industrial, utilizando em ambos indicadores apenas os gêneros em que o IBGE faz a pesquisa no Paraná, a Coordenação de Assuntos Econômicos da Secretaria da Fazenda obteve um decréscimo de 7,7% no ICMS e uma elevação de 0,3% na produção industrial que, a propósito, foi ajustada ao mesmo período de referência em que o ICMS de 1989 e 1990 foi gerado. Somente assim, a comparação entre os dois indicadores resulta viável.

VARIAÇÕES DO ICMS

A análise da CAEC observa que as variações no ICMS foram mais desfavoráveis que as da produção industrial em praticamente todos os gêneros, exceção apenas a minerais não metálicos e química, favorecidos pela reforma tributária.

A explicação não se justifica, a exemplo de anos anteriores, no incremento das exportações imunes de ICMS, uma vez que em 1990, o comércio exterior apresentou queda nas exportações, proporcionalmente a 89.

Entre as justificativas apontadas pela Coordenação de Assuntos Econômicos da Sefa para o pior desempenho do tributo face à produção física estão o aumento real dos débitos inscritos em dívida ativa em 90, pois em decorrência do aperto de liquidez, crise econômica e alto custo dos financiamentos, as empresas optaram por não honrar seus compromissos com o Estado em nível mais elevado do que em 89; queda do consumo, aliada ao custo dos encargos para demissão de empregados, que acabou por levar a indústria a fechar o ano com estoques acima dos desejáveis; e é provável que os deflatores de preços aplicados ao ICMS recolhido estejam superestimados, em virtude da prática generalizada dos descontos nas compras à vista, fenômeno não captado pelos levantamentos que servem de base para a construção dos índices de preços das instituições responsáveis.

Na tabela anexa pode-se observar as variações nominais do ICMS por gêneros, que para o total da indústria resultou em 3.262% no ano passado sobre 1989, e as variações de preços, com comportamento médio para o total da indústria idêntico ao do ICMS nominal, em função de que o desempenho real destes tributos foi nulo.

Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná
Coordenação de Assuntos Econômicos — CAEC

Paraná — Indicadores de Desempenho do ICMS Recolhido Face a Variação na Produção Industrial — 1990/1989

ATIVIDADES DA INDUSTRIA	ICMS					Produção Industrial
	Variação Nominal	Variação Real (1)	Variação de Preços	% no Total	Variação Real Nos Ramos Pesquisados Pelo IBGE (2)	Variação Ajustada ao ICMS (3)
Indústria Extrativa	3.173,5%	20,9%	2.606,7%	,7%	—	—
Minerais não metálicos	2.456,8%	2,6%	2.392,4%	5,2%	2,6%	(1,2%)
Metalúrgica	2.594,9%	(15,6%)	3.094,5%	2,4%	—	—
Mecânica	2.827,4%	(26,3%)	3.874,1%	3,4%	(26,3%)	10,8%
Mat. Elétrico e de Comun.	2.960,4%	,9%	2.932,7%	3,3%	—	—
Mat. de Transporte	8.760,4%	109,2%	4.134,9%	8,4%	—	—
Madeira	2.027,9%	(39,6%)	3.423,7%	4,0%	—	—
Mobiliário	3.025,7%	(34,4%)	4.663,2%	2,0%	—	—
Papel e Papelão	1.573,2%	(35,6%)	2.497,0%	3,0%	(35,6%)	5,7%
Borracha	4.142,0%	(1,5%)	4.206,1%	,2%	—	—
Couros, Peles e Art. Viagem	2.837,2%	(18,8%)	3.515,1%	,5%	—	—
Química	3.015,2%	8,2%	2.780,3%	21,4%	8,2%	(11,6%)
óleos vegetais em bruto	2.074,5%	(15,9%)	2.486,4%	1,0%	—	—
fabr. de outros produtos	3.080,3%	10,8%	2.771,5%	20,4%	—	—
Prod. Farmacêut. e Veterin.	3.293,6%	(9,2%)	3.637,8%	,2%	—	—
Perfumaria, Sabões e Velas	2.539,6%	(45,8%)	4.773,9%	,2%	(45,8%)	(17,8%)
Prod. de Mat. Plásticas	2.455,4%	(19,7%)	3.080,7%	1,9%	(19,7%)	(22,7%)
Têxteis	2.237,8%	(11,1%)	2.529,6%	2,3%	(11,1%)	(,9%)
Vestuário e Calçados	3.264,8%	8,9%	2.990,5%	1,2%	—	—
Produtos Alimentares	3.509,4%	(3,4%)	3.635,3%	14,0%	(3,4%)	12,1%
abate anim. e subprod.	4.579,3%	26,8%	3.591,3%	4,7%	—	—
leite e laticínios	4.697,6%	14,6%	4.085,2%	1,1%	—	—
fabr. de rações	3.223,0%	65,5%	1.907,5%	,2%	—	—
outros prod. alimentares	2.992,0%	(18,2%)	3.579,9%	8,0%	—	—
Bebidas	3.000,7%	(23,2%)	3.936,8%	7,8%	(23,2%)	3,9%
Fumo	3.905,0%	(14,1%)	4.559,9%	1,9%	(14,1%)	(4,5%)
Gráfica	2.597,9%	14,2%	2.263,1%	,3%	—	—
Diversas	3.329,4%	(8,1%)	3.632,6%	,6%	—	—
Outras Ativ. Industriais	5.657,0%	40,2%	4.006,4%	14,9%	—	—
TOTAL	3.262,0%	,0%	3.262,0%	100,0%	(7,7%)	,3%

(1) Deflatores: IPA — Índice de Preços por Atacado — Oferta Global de Produtos Industriais, por Ramo de Atividade. Deflatores correspondentes aos respectivos fatos geradores do ICMS.
(2) Variação real do ICMS nos ramos de atividade em que o IBGE faz a pesquisa de produção industrial no Paraná.
(3) Variação industrial nos meses correspondentes aos respectivos fatos geradores do ICMS.

Dourado

Comércio e Representações de Madeiras Ltda

Laminas de: Mogno, Cerejeira, Sucupira, Freijo etc...
Compensados — Madeiras Serradas

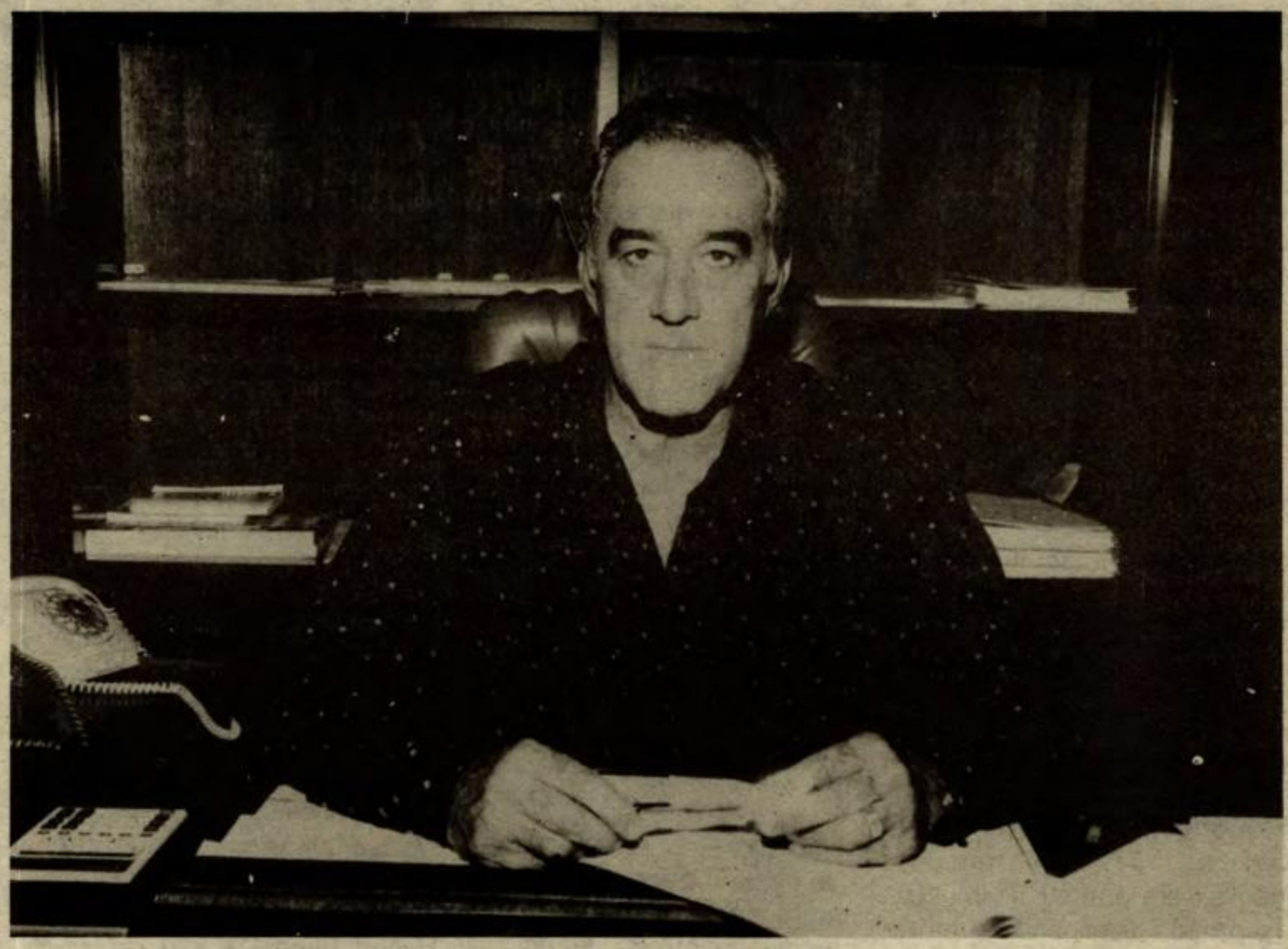
Rodovia Dep. João Leopoldo Jacomel, 11418 - Fone: 368-6543 — Pinhais — Piraquara-PR

Um pouco de Ney Marçal

O fiscal aposentado João Ney Marçal é uma daquelas pessoas cujo exemplo deve ser seguido. Nascido em Piraí do Sul e criado em Ponta Grossa, ele teve uma carreira brilhante, chegando a secretário de Finanças municipal, cargo que ocupa há seis anos.

Casado com Silvia Rigoni Marçal, João Ney Marçal teve seis filhos: Teresinha, João Ney, Telma, Luciano, Taísa e Silvia Maria. Hoje ele divide seu tempo entre a família, a função que exerce na Prefeitura e ainda a Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde é professor de Direito.

Um pouquinho da sua trajetória de vida está aqui, nesta entrevista que Marçal deu a Notifisco.



João Ney Marçal, Secretário de Finanças de Ponta Grossa

Notifisco — *Como foi o início da sua carreira?*

Marçal — Eu entrei como guarda de rendas, referência 15, conseguido pelo então deputado Chafic Curi, em virtude da família dele ser bastante ligada a Ponta Grossa e ao time de futebol que eu jogava. Em decorrência disso me tornei funcionário do Estado, mas sem nenhuma garantia.

Notifisco — *Isso foi quando?*

Marçal — Em 1953. Dois anos depois eu fiz concurso para auxiliar de rendas. Fui aprovado e adquiri estabilidade.

Notifisco — *O sr. sempre trabalhou em Ponta Grossa?*

Marçal — A maior parte do tempo. Mas também trabalhei como inspetor na Delegacia Regional de Cruzeiro do Oeste, de Guarapuava, e fui chefe da agência de rendas de Reserva. Fui para ficar um mês e me deixaram 1 ano e 4 meses. No mais, só em Ponta Grossa, como fiscal, depois como assessor do então delegado Atanagildo Amaral. Fui convidado para ser secretário de Finanças da Prefeitura na gestão de Ciro Martins, mas o secretário da Fazenda, Rubens Bailão Leite, não autorizou o convite. No ano seguinte foi eleito o prefeito Luiz Gonzaga Pinto e passou para a Secretaria da Fazenda do Estado Mauricio Schulmann. Foi quando Luiz Gonzaga conseguiu que eu viesse para cá, para ser o secretário das Finanças.

Notifisco — *Como foi sua ascensão? De fiscal a secretário?*

Marçal — Eu não tinha grande conhecimento, tinha um pouquinho de experiência na atividade, dado ao tempo que me dispus a esse trabalho, na fiscalização estadual. Sei o suficiente para resolver os problemas que tenho hoje na Prefeitura, que são de natureza tributária e financeira, e que tinha também no Estado quando cheguei a ser delegado da Receita.

Notifisco — *Como era ser fiscal?*

Marçal — Era bastante difícil porque tudo antigamente era difícil. Nós fazíamos a fiscalização também nas regiões que limitavam Ponta Grossa, viajávamos muito. Era diferente porque não se dispunha do equipamento, do material que se tem hoje, como máquinas elétricas e calculadora. Depois tornou-se mais fácil, com o tempo foi melhorando tudo.

"As autoridades sempre acham que tem bastante funcionários, mas não tem, não".

Notifisco — *Já existia o problema da falta de pessoal?*

Marçal — Sempre existiu e existe ainda. As autoridades sempre acham que tem bastante funcionário, mas não tem, não. O trabalho é volumoso para a quantidade de funcionários.

Notifisco — *E qual era o conceito que as pessoas tinham do fiscal?*

Marçal — O conceito do fiscal perante algumas pessoas não era dos melhores. Nunca foi e não é. Fiscal é sinônimo de corruptor, de corrupção. Sempre foi, sempre será.

Notifisco — *Por que isso acontece?*

Marçal — Talvez por causa do comportamento de algumas pessoas. Pessoas que não souberam trabalhar com seriedade. Os demais acabaram recebendo esse castigo.

Notifisco — *E quais as principais mudanças que aconteceram com as leis?*

Marçal — Aconteceram muitas modificações ao longo do tempo, inclusive eu participei da mudança do imposto de rendas e consignações para o ICM. Uma modificação radical.

Notifisco — *Essa modifica-*

Continuação

ção se deu quando o sr. foi delegado da Receita?

Marçal – Não, bem antes, quando funcionário ainda. Eu tive bastante sorte na minha carreira. Fui ocupando cargos de chefia de agências, inspetorias, e assessorias, subindo gradativamente. Quando faltava 4 anos para eu me aposentar, fui delegado. Fiquei quatro anos e me aposentei. Faz uns nove anos, mais ou menos.

Notifisco - *Como eram os casos de sonegação? As pessoas eram mais "honestas"?*

Marçal – Ninguém gosta de pagar imposto. Sempre que puder escapar, escapa. Isso não tem dúvida nenhuma.

Notifisco – *E qual é a justificativa?*

Marçal – É a falta de patriotismo, porque entendem essas pessoas que os governantes não sabem aplicar o dinheiro. Isso não corresponde a verdade. Eu acho que as pessoas deveriam pagar o imposto acreditando que ele será bem aplicado, porque sem o tributo o governante não pode fazer nada. Há necessidade do imposto para que o governante possa desenvolver obras e serviços em prol da comunidade.

"Se o comerciante deixa de pagar imposto é por falta de patriotismo, por desonestidade mesmo".

Notifisco – *Como o sr. vê os recentes casos de sonegação dos frigoríficos?*

Marçal – O tributo não é pago pelo comerciante, é pago pelo consumidor, é repassado no preço da mercadoria, por isso não se pode alegar carga tributária pesada, em hipótese alguma. Se o comerciante deixa de pagar imposto é por falta de patriotismo, por desonestidade mesmo.

Notifisco – *Qual a solução para mudar a imagem dos fiscais?*

Marçal – O problema existe em todas as esferas federal, estadual e municipal. Eu tenho um problema aqui em Ponta Grossa de sonegação. Esse é um mal que existe e vai existir sempre, talvez em menor proporção. E a medida que o povo for sendo educado para pagar imposto, entendendo que ele deve pagar e que existe castigo se ele não o fizer, esses problemas vão diminuir. Se deixar, ninguém paga imposto. E não existe nenhum mecanismo eficaz que acabe com a sonegação.

Notifisco – *E as campanhas das notas fiscais?*

Marçal – É um mecanismo que diminui a sonegação ou aumenta a arrecadação. Mas funciona enquanto estiver em fase de campanha. Depois que o comerciante pára de emitir nota fiscal, ele compensa. Você não pode ficar permanentemente vigilante, em cima dele. É preciso que ele mesmo entenda que deve pagar aquilo que é devido. Tem que ser educado pra isso. Caso contrário, não existe meio.

Notifisco – *O sr. atribui esses problemas à crise do país?*

Marçal – Pode ser um argumento para o sonegador. Mas repito, não é ele quem paga, é o consumidor. De qualquer forma não existe problema por causa da crise.

Notifisco – *Como eram as repartições?*

Marçal – Quando eu iniciei minha carreira existiam dois departamentos. O da fiscalização e o da arrecadação. Posteriormente foram unificados, facilitando sobremaneira. Porque até então quem trabalhava na fiscalização, só fiscalizava. Depois, ao longo do tempo, foi se aprimorando a máquina tributária e foram criadas as delegacias da Receita, cada uma com uma sede, dirigindo uma série de cidades, de agências de rendas. As delegacias facilitaram o setor fiscal arrecadador, porque os fiscais sediados em Ponta Grossa faziam fiscalização em Castro, Piraí, toda a região próxima. Com o advento dos novos equipamentos, facilitou tudo. Hoje o fiscal vai a uma empresa e já sai com tudo pronto de dentro da repartição, com a informação sobre onde buscar o resultado. Antes íamos buscar a informação aleatoriamente.

Notifisco – *E a estrutura física?*

Marçal – Aquele tempo a frota de veículos era pequena. A gente andava de Jipe e as estradas não eram muito boas. A maior parte do tempo o fiscal tinha que trabalhar à pé mesmo. O telefone não era como hoje em dia. A gente pedia uma ligação e ficava horas esperando.

Notifisco – Como era a formação do fiscal?

Marçal – Com a criação das delegacias e o quadro próprio da Fazenda houve a criação dos cargos de agente fiscal 1, 2 e 3, que eram classificados segundo a escolaridade. Os que tinham curso primário iam para o nível 3 e dentro do 3 havia algumas graduações, os com curso secundário iam para o nível 2, e os que possuíam curso superior para o nível 1.

Notifisco – *O sr. acha que há necessidade de um preparo melhor?*

Marçal – O funcionário a partir da criação do quadro próprio da Fazenda procurou estudar, melhorar. Uns podem não ter profundo conhecimento de economia, de contabilidade, mas são advogados, engenheiros, dentistas, que possuem um nível de escolaridade bastante apreciável.

Notifisco – *E a parte financeira? O fiscal era mais bem pago?*

Marçal – O fiscal ganhava menos, proporcionalmente, há 40 anos.

"O telefone não era como hoje em dia. A gente pedia uma ligação e ficava horas esperando".

Notifisco – *E como era a participação da mulher?*

Marçal – A participação dela acontecia só na parte administrativa, no arquivo, protocolo, nos serviços internos. Eu não sei porque tinha essa diferença, mas não era costume mulher trabalhar fora naquela época.

Notifisco – *Gostaria que o sr. citasse alguns nomes que marcaram a sua carreira.*

Marçal – Algumas pessoas eu admirava muito, como o Dr. Edgar Sponholz, que foi meu chefe no início da minha carreira. Ele era uma pessoa culta, inteligente, educada e me respeitava na qualidade de funcionário. Uma pessoa que eu também admirei bastante,

Continuação

hoje aposentado, foi o delegado Atanagildo Amaral. E ainda o Dr. Luiz Ciruelos, um homem de fino trato, bom de diálogo e compreensível. Além desses, Raimulfo Feijó Gaião, que foi meu assessor, e Gerson Luiz Ferreira de Melo, hoje em Foz do Iguaçu.

"Eu não tenho nenhuma boa recordação. Pra mim foi o pior governo que o Paraná já teve".

Notifisco — *Eu gostaria que o Sr. contasse uma história que ficou desses anos de trabalho.*

Marçal — Eu me lembro de uma ocasião, quando fui para Reserva para ficar um mês e me deixaram 1 ano e 4 meses. O sr. Antonio Martins Xavier era diretor da fiscalização. Eu vivia pedindo para ele para sair de lá. Uma vez disse que não podia me tirar porque ele não podia ir para o meu lugar. Se eu não merecia castigo, ele também não merecia. Só quando entrou como diretor Anfrísio Siqueira, o diretor da Boca Maldita, saí de Reserva. Caí nas graças dele.

Notifisco — *Como o sr. viu o governo Álvaro Dias?*

Marçal — A minha ação na Prefeitura com o secretário das Finanças do Estado foi bastante distanciada no governo Álvaro Dias. Eu não tenho nenhuma boa recordação. Pra mim foi o pior governo que o Paraná já teve. Ele instituiu o redutor de vencimentos na nossa classe e não fez o mesmo para o Legislativo nem para o Judiciário. Ele está tomando metade do meu salário, daquilo que eu consegui ao longo dos anos.

Notifisco — *E os secretários que passaram?*

Marçal — Tenho lembrança de alguns nomes. Rubens Bailão Leite me mandou para Cruzeiro do Oeste, por castigo. Alguém contou para ele que eu não era bom e ele fez isso para mim. Não gostava de mim e eu não morria de amores por ele. Admirei o Mauricio Schulmann. Ele me autorizou a ser o secretário das Finanças de Ponta Grossa. Admirei o Edson Guimarães, que foi secretário quando eu fui delegado da Receita. Ele me tratou com cortesia e muito respeito.

Notifisco — *Qual é a sua expectativa com relação ao próximo governo?*

Marçal — Torço para que melhore, para que ele olhe o funcionário como trabalhador em busca de resultados, para que

ele possa administrar bem. É desse jeito que eu procuro atuar aqui na Prefeitura, dando o devido valor ao funcionário. Porque eu sei que dessa forma o funcionário vai buscar o melhor resultado para que eu possa entregá-lo ao prefeito, para que o prefeito possa cumprir o seu plano de governo.

Notifisco — *Quantos funcionários o sr. tem na sua secretaria?*

Marçal — Tenho 97, 25 mais ou menos são fiscais. Minha secretaria é uma das menores, mas é a que ocupa o maior espaço físico dentro da Prefeitura.

Notifisco — *Que conselho o sr. poderia dar a um fiscal que está começando?*

Marçal — Presume-se que aquele que faz concurso quer ser fiscal. Por isso ele que faça tudo para ser o melhor, não se contente em ser sargento se ele pode ser capitão. Faça tudo para subir, para melhorar, sem pisar em ninguém, mostrando o que ele realmente conhece. Use com seriedade o trabalho dele, porque na Fazenda Estadual existe condição para que ele viva bem, com um ordenado razoável.

Notifisco — *Essa seria também a fórmula para mudar a imagem do fiscal?*

Marçal — Sim. À medida que todos trabalhem com seriedade um dia se cala a boca daqueles que falam mal dos fiscais. O contribuinte que é serio vai tratar o funcionário com correção, e o funcionário, sendo correto, não dará motivos para que falem mal dele.

GUAREZI
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RECUPERAÇÃO DE PLÁSTICO LTDA.
Avenida das Araucárias, 604 - Fone: 842-1934
ARAUCÁRIA — PARANÁ

LOJA MUNDIAL
Uma tradição em materiais de construção
Materiais Elétricos
Artigos para presentes
eletrodomésticos
Rodovia do Xisto, 7680 - KM 22 - Tel: 842-1384
Araucária — Paraná

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS FISCAIS DO ESTADO DO PARANÁ

Demonstrativo das receitas e despesas

DISCRIMINAÇÃO	RECEITAS JANEIRO/91	DESPESAS JANEIRO/91
Reservas Colonia	2.029.350,00	
Mensalidades	2.657.835,61	
Taxas de Manutenção	4.827.600,00	
Receitas Diversas	15.600,00	
Transferências.Títulos	59.600,00	
Confecção Carteiras	400,00	
Habitação	5.200,00	
Taxas de Expediente	4.605.008,00	
Hotel Rota do Sol	4.220.766,00	
Restaurante Colônia	1.231.332,20	
Rendas Aplic. B. Real	158.583,71	
Rendas Aplic. Bamerindus	3.913.445,02	
Rendas Poupança Real	21.999,37	
Rendas Poupança Bamerindus	21.999,40	
Rendas NCz$ Bacen	786.494,01	
Publicidade	102.471,96	
Ordenados (Sede)		350.912,13
Contrib. Previdenc. (Sede)		189.464,31
Rescisões Contratuais		55.776,00
Contrib. Previdenc. (Colonia)		470.173,54
Honorários Odontológicos		106.857,74
Honorários Advocatícios		36.880,00
Honorários Contábeis		130.000,00
Serviços Prestados		474.479,10
Ordenados (Colônia)		888.207,20
Água, Luz, Telefone (Sede)		120.748,20
Material de Limpeza		3.140,00
Material de Expediente		502.962,31
Despesas c/ Veículos		88.750,00
Conduções, Fretes, Carretos		171.798,12
Portes e Telegramas		17.603,50
Viagens e Representações		28.372,09
Refeições p/Funcionários		204.904,00
Publicações, Anúncios, Revistas		283.280,00
Comissões s/Cobranças		898.649,00
Auxílio Hospitalar		115.046,38
Auxílio Funeral		76.453,00
Imposto e Taxas		57.464,48
Conservação Geral		428.229,30
Material Odontológico		172.550,00
Gas e Combustível		93.183,00
Despesas c/Cartórios		31.460,00
Despesas Diversas		2.000,000
Água, Luz, Telefone (Colônia)		461.735,00
Material de Consumo		35.489,00
Material Esportivo		13.630,00
Utensílios		106.627,00
Medicamentos		1.005,00
Hotel Rota do Sol		2.178.775,92
Restaurante Colônia		1.317.798,04
Benfeitorias em Andamento		878.920,17
Repasse Regionais		254.718,85
Aluguel de Equipamentos		63.369,53
Transferências Safite		115.172,60
Despesas Bancárias		8.882,00
Custos Operacionais		20.176,75
IPTU		151.699,13
PIS-Folha de Pagamento		17.359,86
Variação Monetária Passiva		1.017,37
Publicidade		433.693,00
Soma:	24.657.685,28	12.059.412,62

Resultado (Positivo) Jan/91 incorporável em contas patrim. 12.598.272,66

Curitiba, 31 de Janeiro de 1991.

JOÃO LAUDELINO AZZOLIN
PRESIDENTE

AURÉLIO VIEIRA MOREIRA
C.R.C. 10.138-PR

O Plano de Saúde — Medifisco é nosso !!!

Quando a Associação em maio de 1990, sentiu a necessidade de amparar a família fiscal com assistência médica, muitas foram as sugestões e possibilidades de concretização.

Após um período de estudos, em que toda a diretoria Executiva da AFFEP se envolveu, e que se estende de maio até o final de agosto, período èm que se consultou inúmeras empresas de atendimento médico privado, optou-se pela Unimed, que nos parece a mais preparada estrutural e cientificamente, para dar um padrão elevado de atendimento. Daí surgiram duas hipóteses de Plano Médico, que consistiam em:

1. Pré-pagamento: A AFFEP firmaria um contrato com a Unimed, e lhe pagaria uma quantia (hoje Cr$ 3.750,00) por pessoa filiada e a Unimed arcaria com os custos;

2. Operacional: A AFFEP firmaria um contrato com a Unimed, e lhe pagaria apenas os serviços efetivamente prestados pela contratada, e os filiados do Plano na Associação (e não na Unimed) recolheriam uma mensalidade percapita (hoje Cr$ 3.000,00) a um Fundo Mútuo, que cobriria as despesas.

Logicamente o plano de de pré-pagamento seria muito mais simples de administrar, mas apresenta dois formidáveis obstáculos: A) a mensalidade por pessoa não guardaria proporção com o salário, mas seria reajustada mensalmente pela variação do BTN (hoje TRF), coisa que numa sociedade cronicamente afetada por baixos salários e inflação galopante, nos deixou preocupados quanto à sua viabilidade, B) as carências do plano de pré-pagamento, chegavam até a 2 anos, e o fisco já estava efetivamente desassistido pelo IPE, há 6 meses.

Tendo em mente estas ponderações, resolvemos criar o MEDIFISCO que é um plano de pagamento operacional, com a prestação subindo atrelada aos percentuais de salário, para que não se torne uma obrigação crescentemente onerosa, e porque as carências foram dramaticamente reduzidas no intuito de dar assistência rápida aos associados.

Sendo assim, constituiu-se o fundo, lançou-se o Plano, e temos de entender que o MEDIFISCO é nosso!!! não é da Unimed, todo gasto supérfluo, todo esbanjamento, todo proselitismo com o Plano, torna-se um bumerangue, pois com certeza recairá sobre a cabeça do próprio associado, visto que quem paga os serviços são os agentes fiscais através de suas contribuições.

O Plano Medifisco vai bem, mas precisa ir sempre melhor, gastar o necessário, usar com critério e honestidade, são pilares imprescindíveis de sustentação do nosso plano de saúde.

Dr. Laércio Lopes de Araujo

MEDIFISCO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 1990

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Receita Associados		931.908,00
Receita Financeira		115.765,10
Saldo Incorporável ao Patrimônio Líquido	1.047.673,10	
TOTAL	1.047.673,10	1.047.673,10

BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990

ATIVO		PASSIVO PL	
CIRCULANTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Disponibilidades		Resultado do Exercício	
Caixa	78.000,00	Incorporado	1.047.673,10
Banco C C	291.708,00		
Banco C Investimento	653.565,10		
Direitos Realizáveis			
Débito Soc C C (1)	23.700,00		
TOTAL ATIVO	1.047.673,10	TOTAL PASSIVO	1.047.673,10

(1) Débito sujeito à atualização monetária

Curitiba, 31 de dezembro de 1990.

JOSÉ LAUDELINO AZZOLIN
Presidente

DANIEL AZZOLIN
CRC nº 29.801

BRAFER CONSTRUÇÕES METÁLICAS S/A.

ESTRUTURAS METÁLICAS PARA COBERTURA DE ARMAZÉNS GINÁSIOS DE ESPORTES, GALPÕES INDUSTRIAIS E PONTES

AV. DAS ARAUCÁRIAS, 40
(CIAR – Centro Ind. de Araucária)
FONE: (041) 843-1117 – Araucária – PR
TELEX: (041) 6636 BFCM-BR

di marthell Calçados
REFLETINDO UMA NOVA MULHER

6 endereços, da elegância em calçados:

LOJA 01 – Rua Prof. João Moreira Garcês, 106 Fone: 224-9151
LOJA 02 – Rua Comendador Araújo, 91 Fone: 222-7526
LOJA 03 – Rua Voluntários da Pátria, 250 Fone: 222-9577
LOJA 04 – Shopping Müller - PISO ML - Loja 86 Fone: 223-4663
LOJA 05 – Shopping Água Verde - Loja 09 Fone: 244-6994
LOJA 06 – Shopping Muniff Tacla - Loja 8 Fone: 222-9577

Coluna Livre

LICENÇA PRÊMIO

Os funcionários que, à data da contituição, 05 10 89, tinham a condição temporal para usufruir da licença especial, poderão fazê-lo ou contar em dobro, consoante parecer da Procuradoria Geral do Estado.

PENSÃO - O DRAMA CONTINUA

O IPE continua alheio ao clamor das pensionistas, não cumprindo o que determina a contituição no que serefe ao pagamento integral da pensão. Como sempre, tudo que beneficia o funcionário precisa ser "regulamentado". Está aí uma bandeira para o nosso Sindicato.

RENOVAÇÃO DA FROTA

Ao final do governo passado estávamos bem próximos de termos nossa frota de veículos renovada: mas o governador preferiu passar de ano com "superavit" em detrimento de um melhor desempenho do fisco.

REDUTOR SALARIAL

Nos próximos dias deveremos ter novidades quanto ao redutor salarial: o mesmo deverá ser alterado mês a mês, até atingir um limite razoável, sem no entanto ser extinto de todo, já que em alguns casos especiais poderíamos ter sa[illegible]rios superiores a dois milhões de cruzei[illegible]s. No próximo Notifisco deveremos abor[illegible]r o assunto com maior profundidade.

EXPECTATIVA

A classe fiscal nunca e[illegible]eve tão perto do poder como agora. Tem[illegible]s um delegado que é amigo íntimo do gove[illegible]nador: o chefe de gabinete da CRE é am[illegible]go pessoal do vice-governador: o diretor d[illegible] CRE também é amigo pessoal do secretá[illegible]io da Fazenda e, para finalizar, temos trê[illegible] colegas agentes fiscais trabalhando no [illegible]abinete do secretário. Todos têm algo em comum estão no redutor salarial. Vamo[illegible] aguardar os acontecimentos.

CLTS - ÓRFÃOS ATÉ QU[illegible]NDO?

A cada dia que passa, a s[illegible]tuação salarial dos celetistas torna-se m[illegible]s desesperadora. É de todo inconcebíve[illegible] que o Estado continue a tratá-los com [illegible]anto descaso e frieza. Não se pode ignora[illegible] os relevantes serviços que esta categoria [illegible]presta à nossa organização e é pouco pru[illegible]nte fazermos ouvidos de mercador aos s[illegible]us reclamos.

Precisamos dar as mã[illegible]s enquanto é tempo.

ASSIM SE PASSARAM 50 ANOS

Nos próximos dias deveremos ter o inícios dasobras da nova AFFEP-Regional Curitiba, a qual deverá encerrar uma urna hemerticamente lacrada para ser aberta após 50 anos. A urna conterá uma mensagem em pergaminho aos nossos colegas do futuro, exemplares do Notifisco e outros documentos que permitam uma visão do fisco de hoje. Aguardamos sugestões.

A INTERPRETAÇÃO É OUTRA

O nosso colega Daniel Maura Moreira em seu artigo Promoções... Quando?, publicado no Notifisco nº 70, teceu comentários sobre fatos que retardam a abertura de vagas para os agentes fiscais mais novos. O artigo em questão foi interpretado por alguns colegas como uma crítica aos mais idosos: o que está muito longe de retratar a verdade.

Todos nós, sem exceção, queremos a velhice, e, se possível, acima dos oitenta anos. Seria pois, uma insensatez criticarmos aquilo que almejamos. Sermos "velhos" é termos recebido a graça de Deus em permanecer por um tempo mais prolongado neste mundo que, a bem da razão, temos um certo receio em abandonar.

Não basta ter ouvidos. É preciso saber ouvir.

ESPAÇO ABERTO

O Notifisco está abrindo espaço aos candidatos à presidência da AFFEP. Para tal, basta encaminhar seus artigos para a nossa redação. Mas lembre-se, não serão aceitos artigos que possam denegrir a imagem dos outros concorrentes. Vamos manter o nível.

PRONTO SOCORRO FINANCEIRO

Aumentou significativamente o número de "vales" junto a AFFEP... Antigamente, os colegas que mais se serviam dos préstimos da nossa Associação eram os de menor salário: agora, na fila do "vale", mesclam-se tanto os mais modestos como os mais graduados. É a crise batendo na nossa porta.

SUCESSÃO NA AFFEP

Foi dada a largada em direção à presidência da AFFEP. A chapa encabeçada por Mário Grott, "AFFEP UNIDA", vem ganhando importantes adesões em todo o Estado. O forte espírito classista de seus componentes está encontrando eco junto à maioria dos agentes fiscais. Vamos conferir o resultado.

Alguém queria ver Deus

Em tempos passados um poderoso monarca insistia em ver Deus. E por ele ser um governante muito convencido, ordenou aos sacerdotes e sábio que satisfizesse seu desejo num tempo muito breve.

Naturalmente, ninguém podia cumprir esta ordem. Quando todos já estavam tristes e temerosos pelo castigo que o rei iria anunciar, chegou um pastor do campo que ouvira falar do desejo do monarca e disse: "Permita-me, Majestade, satisfazer-lhe o seu desejo?" "Bem, está", disse o rei, "Mas lembre-se de que tua cabeça está em jogo".

O pastor levou-o então a um campo aberto e lhe mostru o sol dizendo: "Olhe para o sol". O rei levantou seu olhar e queria contemplar o sol. Mas o brilho lhe cegava a vista, baixou a cabeça e fechou os olhos, dizendo: "Você quer me cegar?" "Mas, Majestade" disse o pastor, "este é apenas um pequeno objeto do reflexo da criação de Deus, uma pequena faísca do fogo fulminante. Como Sua Majestado quer ver Deus com seus olhos lacrimejantes? Busque Deus em outros olhos".

Isso agradou ao rei e ele disse ao pastor. "Reconheço teu espírito e a grandeza de tua alma, mas responda-me agora: O que era antes de Deus?"

Depois de pensar um pouco o pastor disse: "Majestade, não se irrite comigo, mas conte os números". E o rei começou: "Um, dois..." "Não", interrompeu o pastor. "Comece com o que era antes de um". "Como posso, se antes e um não existe nada" disse o rei. "Muito bem, Majestade, também antes de Deus não existiu nada".

Essa resposta agradou ainda mais ao monarca. "Eu te recompensarei ricamente, mas antes responda-me outra pergunta: o que faz Deus?". O pastor percebeu que o coração do rei havia se comovido e disse: "Muito bem, peço-lhe que troquemos de roupa". Então o rei trocou suas vestes com as vestes do pastor de ovelhas. E o pobre pastor disse: "É isso que Deus faz: Ele baixou do trono de Sua Glória e se tornou como um de nós; para nos dar o que Ele possui e receber aquilo que nos temos e somos".

Colaboração - Valdir Kunzle - 1ª DRR - (Por Leo Tolstoi)

Chapa AFFEP Unida

Continuaremos a caminhar juntos. Em setembro contamos com o seu voto. Mário Grott — Presidente.

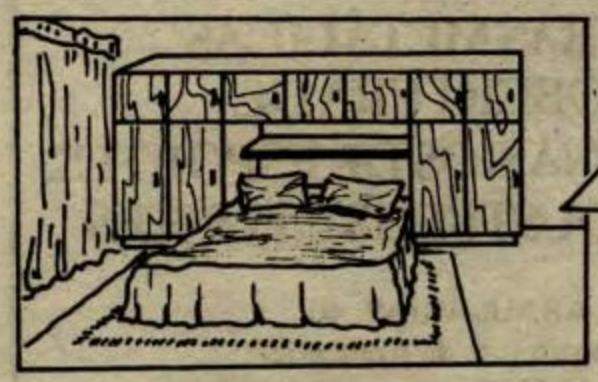
COLABORE

Se você está interessado em colaborar, com críticas, poesias ou outros artigos, envie seu texto por malote a Mário Grott, ao IGF. Não esqueça! Sua contribuição é valiosa.

COMPRANDO EM

TIZANI MÓVEIS
FABRICAÇÃO PRÓPRIA

Especializado em Armários Embutidos e Dormitórios



Sempre com grandes Promoções

Indústria e Comércio de Móveis Tizani

283-4301

São José dos Pinhais